UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

Trabalho de Conclusão de Curso

Comportamento ideológico parlamentar dos peemedebistas nos períodos pré e pós *impeachment* de Dilma Rousseff

Lucas Garcia da Silva

Pelotas, 2018

Lucas Garcia da Silva

Comportamento ideológico parlamentar dos peemedebistas nos períodos pré e pós *impeachment* de Dilma Rousseff

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Bianca de Freitas Linhares

Pelotas, 2018.

Lucas Garcia da Silva

Comportamento ideológico parlamentar dos peemedebistas nos períodos pré e pós *impeachment* de Dilma Rousseff

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 21/12/2018

Banca examinadora:

.....

Profa. Dra. Bianca Linhares de Freitas (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....

Prof. Dr. Daniel de Mendonça
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....

Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo classificar o comportamento ideológico dos parlamentares do PMDB em 2015 e 2016, através dos projetos de lei apresentados, no Congresso Nacional, pelos deputados federais do partido. A metodologia de classificação ideológico partidária utilizada nesta pesquisa seguiu os passos de uma metodologia calcada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantall Mouffe, onde os sentidos sobre esquerda e direita advêm do próprio campo da representação política. A hipótese que aqui se sustenta é a de que os PLs averiguados tendem a se encontrar, majoritariamente, no espectro da direita devido a uma onda conservadora presente no cenário político brasileiro a partir de 2013. Após as análises, observou-se que os PLs apresentados pelos parlamentares peemedebistas se encontraram mais à direita do espectro ideológico.

Palavras-chave: PMDB; Projetos de Lei; Teoria do Discurso; Ideologia

Sumário

INTRODUÇÃO 05

1. MARCO TEÓRICO 11

1.1 Introdução ao pós-estruturalismo. 11
1.2 A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. 12
1.3 Conceitos 13

2. SOBRE O PMDB 18

2.1MDB: Origem e trajetória durante o regime militar 18
2.2 O PMDB na nova democracia 19
2.3 O PMDB no jogo político 21

3. ONDA CONSERVADORA 26

4. ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES DE PARTIDOS POLÍTICOS 30

4.1 *Manifesto Research Group (MRG)* 31
4.2 *W-Nominate* 33
4.3 Variáveis dicotômicas *dummies*. 33

5. ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI 35

5.1 Área dos PLs 35
5.2 Análise das subáreas em Estado 37
5.2.1 Tributação 38
5.2.2 Segurança Pública 40
5.2.3 Outras Subáreas 43
5.3 Classificação ideológica dos PLs em Estado. 44

CONSIDERAÇÕES FINAIS 47

REFERÊNCIAS 50

ANEXOS 53

INTRODUÇÃO

Motivado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a posse de Michel Temer, em 2016, e o contato com uma nova metodologia de classificação ideológica partidária, o autor deste trabalho desenvolveu um projeto de pesquisa no qual visa analisar a atuação parlamentar peemedebista. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo principal classificar, a partir da análise de discurso, os projetos de lei que visam políticas na área de Estado (atividades relacionadas a administração pública, política internacional, reforma política e segurança e tributação), propostos pelos deputados federais da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) nos anos de 2015 e 2016. Deste modo, acredita-se na possibilidade de extrair os sentidos dos PLs, e classificá-los dentro de um espectro ideológico, obtendo-se então, uma compreensão clara sobre as ações do poder legislativo do PMDB no período a ser investigado.

O PMDB iniciou sua trajetória na política brasileira em meio à ditadura civil-militar no ano de 1965. Fundado como Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o partido fora criado para fazer oposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que sustentava o então regime ditatorial, seus componentes eram membros de partidos extintos após o início da ditadura. Em 1979, os militares exigiram reorganização das agremiações políticas e todas estas deveriam passar por uma mudança a qual na palavra “partido” deveriam constar como a primeira palavra do nome de todos as agremiações políticas. O MDB então, para preservar sua identidade, acabou se tornando PMDB ou Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Desde o fim do regime militar, o PMDB esteve três vezes na Presidência da República. O primeiro foi José Sarney, entre 1985 e 1990. O segundo, Itamar Franco, entre 1992 e 1995. E o terceiro é Michel Temer, que assumiu o cargo em agosto de 2016 e presidirá até o final de 2018. Todos assumiram a presidência após a saída dos presidentes que encabeçavam a chapa quando eleitos. O partido

possuiu cadeiras em pelo menos um ministério em todos os governos desde a redemocratização.

Em dezembro de 2017, os integrantes do PMDB, em convenção nacional, aprovaram a mudança do nome do partido para Movimento Democrático Brasileiro, excluindo a letra “P” e voltando a usar o nome que deu origem à agremiação ainda no período da ditadura civil-militar. Este trabalho irá se referir ao partido como PMDB pelo fato do período do recorte temporal se dar ainda na nomenclatura antiga.

Uma forma de verificar o comportamento do PMDB no período de estudo é analisar as políticas e ações dos parlamentares do partido no Congresso Nacional. Projeto de Lei é um dispositivo interessante para analisar o comportamento de determinados sujeitos, pois trata-se de um conjunto de normas que são submetidas a uma tramitação dentro do poder legislativo. Os PLs podem ser propostos por qualquer parlamentar, de forma individual ou coletiva, ou então através de uma iniciativa popular, onde os cidadãos os apresentam à Câmara dos Deputados um projeto de lei, desde que se cumpram as exigências constatadas no §2º do art. 61 da Constituição Federal[1]. A tramitação a qual o projeto de lei é submetido tem sempre o seu início em uma casa iniciadora (seja a Câmara dos Deputados ou o Senado) onde ele é apresentado, após isso, se o projeto for aprovado nesta casa, segue para uma nova etapa do processo, se for reprovado o mesmo será arquivado. Esta nova etapa é uma casa revisadora (pode ser também tanto a Câmara dos Deputados ou do senado, dependendo da casa iniciadora), onde o projeto passa ou não, por uma emenda antes de chegar, caso aprovado, no poder executivo. O executivo tem a possibilidade de vetar o PL, porém caso venha a ocorrer, o projeto acaba voltando para o Congresso Nacional com a possibilidade de derrubada deste veto. Visto isto, emanar os sentidos ideológicos destes PLs mostra-se uma medida eficaz para analisar o comportamento ideológico dos parlamentares.

Portanto, a partir disto, pretende-se, através de uma análise discursiva, responder o seguinte problema de pesquisa: Como se caracterizam ideologicamente

[1] O referido artigo diz: **§ 2º** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles

os projetos de lei que visam implementar políticas na área do Estado, apresentados pelos deputados federais do PMDB no período de 2015-2016?

A motivação deste estudo se deu pelo fato do PMDB ter retornado à presidência através de um *impeachment*, sendo interessante a análise da atuação dos parlamentares no Congresso Nacional nos períodos que precederam e sucederam o impedimento de Dilma Rousseff. O PMDB é um partido fisiológico, tem ampla capacidade de dialogar com partidos dos mais diversos espectros ideológicos devido à sua grande dimensão no campo político, portanto, um estudo de suas ações, entendendo o direcionamento de suas políticas, é fundamental para a compreensão da identidade ideológica do mesmo. Além do mais, existia, até há pouco tempo, uma escassez de estudos relacionados ao partido[2] (FERREIRA, 2002; FERREIRA e RIBEIRO, 2009; MELO 2013; SANTOS 2017).

Na tentativa de caracterizar ideologicamente o PMDB na área do Estado, objetivo geral da pesquisa, foram estabelecidos três objetivos específicos, sendo eles: a) realizar levantamento dos PLs propostos pelo PMDB na Câmara dos Deputados nos anos de 2015 e de 2016, e identificar quais as principais áreas (Estado, Economia, Social) em que se encontram os projetos; b) analisar quais as subáreas de Estado os projetos estão localizados; c) classificar ideologicamente os PLs dentro das subáreas, e, portanto, da área em foco.

A hipótese que aqui se especula é de que os projetos de lei submetidos pelos deputados do PMDB nos anos de 2015 e 2016 estão mais localizados no espectro da direita. Visto que estudos sobre o PMDB mostram que o partido possui uma ideologia de centro (MELO, 2013), porém com uma ampla capacidade de diálogo entre a esquerda e direita, as políticas de seus parlamentares no período de estudo proposto, tendem para a direita pois há uma onda conservadora e neoliberal, a qual assola o cenário político brasileiro desde 2013 e se intensificou após o fim da eleição de 2014, que creditou a vitória de Dilma Rousseff do PT.

A metodologia de classificação ideológico partidária adotada nesta pesquisa segue o modelo proposto pelo grupo de pesquisa no qual o autor deste trabalho está

[2] Indica-se a leitura do trabalho “O Programa Partidário do PMDB: Um estudo a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe” de Santos (2017).

inserido[3]. Calcada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, esta metodologia de classificação deve ser entendida a partir do comportamento dos representantes dos partidos políticos que compõem o campo discursivo da representação política. A ideia desta proposta metodológica surgiu, pois, acredita-se que, devido à heterogeneidade interna dos partidos políticos, não se deve caracterizá-los como um todo, mas sim através de suas políticas e ações. É considerado também que a caracterização proposta por Limongi e Figueiredo (1995) para os partidos políticos do Brasil, hegemonicamente utilizada pelos cientistas políticos brasileiros e estrangeiros, a qual coloca os partidos PDS/PPR/PPB/PP, PFL/DEM e PTB no âmbito da direita; PMDB e PSDB no centro; PDT e PT na esquerda, está defasada. O grupo de pesquisa elaborou um quadro de sentidos ideológicos, a fim de guiar a classificação, dividido em três grandes áreas: Economia, contendo os assuntos, desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, geração de emprego e renda e relações de consumo; Estado, remetendo a questões sobre administração pública, importação/exportação, política externa, previdência, privatizações-concessões, reforma política, segurança e tributação; e Social, que é composta por cidadania, educação, inclusão social, indígenas, infância e juventude, LGBT's, meio ambiente, mulheres, negras e negros, relações agrárias e relações de emprego. Este quadro, que engloba uma série de sentidos formulados a partir dos pronunciamentos dos parlamentares federais entre 2003 e 2014 provém, do próprio campo político. No quadro, constam ainda, quatro espectros ideológicos: Esquerda Conservadora, Esquerda Liberal, Direita Liberal e Direita Conservadora (Anexo 1).

A coleta dos projetos de lei, foi feita no site http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada. Para fazer a busca dos PLs propostos apenas pelos deputados do PMDB, nos anos 2015 e 2016, o *box* onde diz "Identificação" foi marcado a opção "PL- Projeto de Lei". Onde diz ano, colocou-se num primeiro momento 2015 e depois 2016. No *box* "Situação", foi marcada a opção "Todas" ao que se refere a tramitação do projeto. No *box "Autor",* colocou-se "Deputado" aonde diz "Tipo", e na opção "Partido do Autor" marcou a opção "PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro".

[3] Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (GP IDAD) do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Feita a coleta seguindo os passos acima encontraram-se 617 projetos de lei apresentados pelos deputados do PMDB no ano de 2015 e 383 em 2016, totalizando 1000 PLs[4]. A partir disto, realizou-se o download em PDF de todos os 1000 projetos de lei, dividindo-os em duas pastas referente aos anos, com o intuito de organizar o material. Iniciou-se então a leitura de todos os 1000 projetos de lei com o objetivo de identificar a área de atuação. Criou-se dentro de cada pasta anual quatro pastas: Economia, Estado, Social e Não classificável. Na medida em que a área de atuação do projeto fosse encontrada, o PL era alocado para a pasta da área determinada.

Optou-se por analisar apenas aqueles PLs que tangem a área de Estado devido ao número total de PLs (1000) ser inviável de ser analisados por completo pelo período que se tinha para realizar esta pesquisa. A escolha da área Estado em detrimento de Social e Economia se deram por dois motivos. Social se deu pelo fato de estudos de diferentes partidos, utilizando esta mesma metodologia de classificação ideológica partidária, indicarem que o discurso ideológico dentro de políticas propostas no âmbito Social tende a ser mais direcionado à esquerda (GOMES, 2016; LUZ, 2017), estudar uma área que o número de PLs entre esquerda e direita fosse mais distribuído. O motivo da não utilização da área Economia se deu pelo fato do objeto de estudo, o PMDB, ser um partido que visa sempre estar inserido nos aparelhos do Estado, para tanto, viu-se com maior interesse a área de Estado e não Economia.

Para organizar a classificação ideológica dos projetos de lei, utilizou-se o programa Excel. Foram criadas duas planilhas, uma para cada ano, e cada planilha possui oito colunas, indicando: número do projeto de lei, ementa, data, autor, a explicação do que se propôs, subárea, espectro ideológico e qual o sentido atribuído ao PL dentro do quadro de sentidos ideológicos. A análise dos PLs seguiu a metodologia proposta pelo grupo de pesquisa, já apresentado. O quadro de sentidos ideológicos, desenvolvido através dos pronunciamentos dos sujeitos políticos que

[4] No momento em que o download dos PLs foi feito, em maio de 2017, o site da Câmara dos Deputados indicava que em 2015 e 2016 os deputados federais do PMDB publicaram 1001 projetos. Atualmente, novembro de 2018, o site indica que foram 1012. Devido a impossibilidade de encontrar os 11 faltantes, a análise foi feita com os PLs encontrados na primeira busca. Destes 1001 encontrados, estava o PL 3391-2015 apresentado pelo deputado Cabo Daciolo, que na época estava sem partido, portanto foi excluído da análise.

compõem o campo discursivo dentro da representação política, foi o instrumento para a classificação das áreas e do espectro ideológico.

Diante do exposto, o trabalho dividir-se-á, além da introdução e da conclusão, em cinco capítulos. O primeiro será destinado a trabalhar a Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o marco teórico que estimula esta pesquisa. O capítulo contém três seções. Primeiramente será feito uma introdução ao Pós-Estruturalismo, corrente em que a teoria está vinculada. Após isso, apresentar-se-á a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. E por último, serão abordados alguns dos principais conceitos deste marco teórico.

Em seguida, o segundo capítulo trata uma ampla abordagem sobre o PMDB. O capítulo é dividido em três seções. A primeira abordará a trajetória do partido no regime militar. A segunda, traz a atuação do partido após a redemocratização. A terceira mostra a relação do PMDB com os outros dois principais partidos do Brasil, PSDB e PT, e o papel do partido nos trâmites que levaram ao *impeachment* de Dilma.

O terceiro capítulo é a base de sustentação da hipótese deste trabalho. São apresentados elementos de diferentes autores que explicitam a onda conservadora neoliberal a qual inseriu-se em 2013 e foi agravada após as eleições de 2014 no Brasil.

O quarto capítulo é uma breve revisão bibliográfica dentro da plataforma SciELO, com o intuito de encontrar diferentes possibilidades de classificação ideológica dos partidos brasileiros. O foco principal é abordar os procedimentos metodológicos que os trabalhos utilizaram e não qual a ideologia dos partidos políticos brasileiros.

O quinto capítulo mostra os resultados da análise discursiva dos projetos de lei, que estão inseridos na área Estado propostos pelos deputados da bancada do PMDB no Congresso Nacional em 2015 e 2016. Será descoberto em que local do espectro ideológico os PLs estão majoritariamente inseridos e qual o principal foco de atuação dos parlamentares estudados no que tange às subáreas.

Ao final do trabalho, será retomado o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos gerais e específicos e apresentar-se-ão as conclusões tiradas após a análise discursiva dos projetos de lei.

1.Marco teórico

O presente capítulo abordará a matriz teórica a que este trabalho busca se filiar, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O capítulo é dividido em três partes. Primeiramente é feita uma introdução ao Pós-Estruturalismo (corrente teórica na qual este pensamento está inserido) e a sua relação com o Estruturalismo. Feito isso, como segundo subitem, é apresentada a Teoria do Discurso sob a perspectiva laclauniana. Por fim, abordaremos conceitos chaves para a compreensão desta teoria.

1.1 Introdução ao pós-estruturalismo

A teoria a qual a análise de discurso aqui pretendida, foi fundada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, vinculada ao pós-estruturalismo. Sua matriz advém de uma revisão do estruturalismo e incorpora conceitos de diferentes áreas, como da filosofia em Martin Heidegger, Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida e Michel Foucault; da linguística em Ferdinand de Saussure, e da psicanálise de Jacques Lacan. Nesta primeira parte do capítulo, será realizada uma abordagem sobre o Estruturalismo e o porquê das críticas Pós-Estruturalistas, a fim de elucidar onde a teoria laclauniana está inserida.

O Estruturalismo surgiu no começo da segunda metade do século XX, sob forte influência de Saussure e Lévi-Strauss. O primeiro atuava no campo da linguística, concebendo a linguagem como um sistema de elementos, privilegiando a dimensão sincrônica da língua, alheia à historicidade. Saussure realizou uma distinção entre língua e fala. A língua representa toda uma dimensão estrutural, um sistema dependente de um grupo de indivíduos que a propaga. A fala trata-se de um ato individual, onde cada ato é oriundo de um sistema linguístico (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). A partir disto, Saussure estabelece a noção de signo linguístico, onde este signo é a junção do significado (conceito) e significante (imagem acústica) (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Foi em Lévi-Strauss que a noção de estrutura foi de fato incorporada ao Estruturalismo. Ressalta-se que o termo já era bastante descrito antes do movimento Estruturalista, pois utilizava-se a noção de estrutura principalmente nas ciências sociais clássicas, remetendo à ideia de uma organização coletiva. No

estruturalismo, a noção de estrutura passou a incorporar o paradigma linguístico de Saussure (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). O Estruturalismo busca conhecer quais relações, e de que maneira as relações dentro de uma estrutura se fundamentam, quais as suas motivações para que a mesma continue estabelecida, sendo então necessário, compreender a estrutura como algo totalizante (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

O Pós-Estruturalismo emergiu quase que em conjunto com o movimento Estruturalista, tendo a figura de Jacques Derrida como principal expoente (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). O prefixo “pós” significa que esta corrente não está sugerindo pensar algo além da estrutura, mas sim uma mudança na visão essencialista do estruturalismo de como elas são tratadas (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). Derrida (2002) critica a noção de que a estrutura tenha algum centro, algum fundamento basal para sua funcionalidade e as relações nelas inseridas. Sendo assim, para o movimento Pós-Estruturalista, a maior importância é não conceber a ideia de uma centralidade como fundamento último (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014), onde a significação passa a não ter limites fixados. São nestas premissas que a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe foi formulada, partir-se-á ela.

1.2 A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe.

A Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe visa criar mecanismos e ferramentas que possam realizar uma ampla compreensão do social, “uma vez que o seu próprio entendimento se dá a partir da construção de ordens discursivas, sendo a questão do poder central e constituidora de relações sociais” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p.47).

Os autores partiram de uma revisão do pensamento marxista, criticando a ideia de a sociedade possuir um fundamento, em que o modo de produção econômico passa a ser o fator determinante do social e seu desenvolvimento. O marxismo é entendido como um modelo de estudo incapaz de conceber as relações sociais contemporâneas. As sociedades atuais estão cada vez mais complexas e fragmentadas, dotadas de inúmeras centralidades. Devido a isso Laclau critica a visão essencialista que o pensamento marxista possui, tornando a sociedade um objeto de conhecimento pleno, explicando todas as relações sociais a partir de uma determinação econômica. Diz ele:

> Se a economia é um objeto que pode determinar qualquer tipo de sociedade em última instância, isto significa que, ao menos como referência a esta instância, nos defrontamos com uma simples determinação e não com uma sobredeterminação (LACLAU e MOUFFE, 2014, p.188).

O social não pode ser tratado de forma homogênea devido suas inúmeras significações, portanto, não é algo a ser simplesmente esclarecido, mas sim compreendido, a partir das inúmeras possibilidades de alcançar múltiplas verdades, as quais são sempre contingentes e precárias (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Ernesto Laclau se apoia sob a ideia de sobredeterminação do social, implicando que o social não possui um fim, um sentindo finalístico, não realizando inteiramente uma utopia. As possibilidades de significação são infinitas, permeadas por relações com características precárias e contingentes. Dito isso, o pensador construiu a noção de "impossibilidade da sociedade", em que a mesma é impossível de ser analisada como um todo unificado pelo fato dos sentidos sociais serem mal fechados e incompletos. Portanto, a possibilidade de um projeto político definitivo ser vitorioso é algo impossível, pois não existe um fim na sociedade (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

1.3. Conceitos.

Neste subcapítulo, serão trabalhadas as categorias centrais dentro da teoria de Laclau. A começar pela noção de discurso, principal categoria analítica dentro da Teoria do Discurso laclauniana. Segundo Burity (2014, p. 60), este conceito permite que a teoria de Laclau seja utilizada no âmbito de análise dos mais diversos campos de estudo, seja filosofia, teoria política, ciências sociais e outras áreas do conhecimento que tangem as humanidades.

O discurso aqui trabalhado, não é compreendido apenas na fala dos sujeitos, abrangendo também as ações. Segundo Mendonça e Rodrigues (2014, p. 49), "discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a noção de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais, são ações significativas". Para Burity (2014, p. 66) "O discurso é uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes". Este discurso é contingente, pois está inserido dentro

de um contexto, dentro de uma estrutura de sentidos provinda de sua própria historicidade. E precário, não possuindo finidade, constantemente novos significados sendo atribuídos a si através das relações sociais.

Burity (2014) destaca dois pontos a serem ressaltados dentro da categoria discurso que possuem um caráter fundamental para as ciências sociais. O primeiro é que os sentidos são sempre produzidos socialmente, precisando-se pensar o discurso como um sistema de regras que combinam elementos de uma maneira que as relações entre eles produzam sentidos. O segundo ponto é que o sentido não se forma de um ato puramente mental, não é algo que provém de alguma intenção. Por isso:

> O que Laclau procura explorar, articulando os motivos que essa dupla proveniência da categoria discurso permite é, de um lado, recuperar para as ciências sociais o caráter insubstituível, inseparável, inerradicável, do processo de significação para a compreensão e para constituição dos fenômenos sociais (BURITY, 2014, p. 64)

A formação do discurso é construída a partir de uma prática articulatória. Esta prática articulatória é estabelecida através de elementos, sentidos que flutuam sem estarem articulados, que passam a se articular em torno de um ponto nodal, transformando-os em momentos dentro de uma cadeia de equivalência. O resultado deste processo é o discurso. Segundo Mendonça e Rodrigues (2014 p.50), para Laclau e Mouffe (1985): “articulação é uma prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação [...] ”.

Para exemplificar a prática articulatória, Mendonça e Rodrigues (2014) utilizam um exemplo de um país dirigido por um governo autoritário pressionado por setores da sociedade. Grupos sociais, trabalhadores de diversos segmentos, e estudantes não têm as suas demandas específicas atendidas pelo governo autoritário, gerando uma enorme insatisfação entre eles. Estas demandas específicas são concebidas como elementos. No momento em que existe uma demanda em comum, como a reivindicação por um governo democrático, os elementos passam a ser articulados entre si e como consequência geram momentos. Esta articulação discursiva tem o seu ponto nodal na busca pela democracia e o antagonismo estaria representado pelo regime autoritário. Portanto, a formação discursiva é sempre oriunda de um discurso articulado, porém,

heterogêneo, de um sistema de regras e produções de sentidos contingentes e precários. Como relatam Laclau e Mouffe (2014):

> A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU e MOUFFE 2014, p. 188).

Observa-se que no exemplo dado sobre a prática articulatória apareceu uma categoria importante dentro da Teoria do Discurso laclauniana ainda não explorada por aqui, o antagonismo. O regime ditatorial foi peça determinante para compreender a articulação que se formou em torno da busca pela democracia, pois é decisiva a presença de um inimigo comum para a articulação dos elementos, e é neste inimigo que o conceito de antagonismo se encaixa.

O discurso antagônico é sempre um discurso exterior, fora da linha do corte antagônico. É uma ameaça a uma determinada ordem discursiva. Explicam Mendonça e Rodrigues (2014):

> A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 125 *apud* MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p. 52).

Portanto, o antagonismo resulta da impossibilidade da consolidação de uma totalidade discursiva, por causa da presença de um discurso antagônico que impede sua constituição plena. A relação antagônica é interior/exterior, pois a presença constante de um impede a constituição completa do outro. Porém, além da impossibilidade da consolidação de uma totalidade discursiva, o antagonismo é também a condição da possibilidade da própria condição discursiva, pois o discurso também se constitui na sua diferença (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Pessoa (2014) traz o regime militar brasileiro para esclarecer o corte antagônico, e este exemplo abre margem para abordar aqui outra categoria importante na teoria de Laclau.

> Na ditadura brasileira, por exemplo, movimentos sociais de diferentes lutas compartilharam posições equivalentes em oposição ao militarismo. Embora assumissem diferentes lutas, estes igualmente compartilhavam a oposição ao governo militar. A linha oposicionista que dividia os movimentos sociais

> contra o regime militar era a linha do antagonismo. É através de tal construção de antagonismo que as batalhas hegemônicas são desenhadas. (PESSOA, 2014, p.156)

Então, apresentadas as noções de discurso e antagonismo, é hora de partir para a compreensão do conceito de hegemonia, outra categoria de extrema relevância na teoria laclauniana. Segundo Laclau, uma relação hegemônica remete a uma tentativa de construção de ordem, é um discurso de caráter unificador, uma tentativa de compor uma totalidade ausente (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

A hegemonia trata-se de uma relação em que, uma determinada identidade passa a representar inúmeros elementos que entram em uma lógica de equivalência, de forma precária e contingente. As identidades são construídas de maneira incompleta, ou pelas suas relações com outras identidades, ou por suas articulações serem carentes de sentidos, ou pelo seu corte antagônico, sua negação. Daí que surge a ideia de hegemonia, visando preencher esta incompletude (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Este processo de consolidação de uma ordem hegemônica tem início em um discurso específico que, de determinada maneira, passa a representar discursos ou identidades dispersas no social. A organização desta ordem hegemônica decorre sobre um pondo nodal que fixa seu sentido, através da articulação de elementos que não estavam articulados. Vale ressaltar que esta fixação de sentidos é sempre momentânea, pois o social é sempre precário e contingente (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Metodologicamente, a noção de hegemonia serve para descrever algum momento político, caracterizando relações de ordem, mas ela serve também, fundamentalmente, como um excelente dispositivo de análise em momentos de instabilidade e fragmentação, mostrando como é ausente a ordem em determinadas instâncias pelos atores políticos em disputa (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

> Hegemonizar um conteúdo equivale, por conseguinte, fixar sua significação em torno de um ponto nodal. O campo do social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais [...]. A necessidade e a ‘objetividade do social dependem do estabelecimento de uma hegemonia estável e os períodos de ‘crise orgânica’ são aqueles que se debilitam as articulações hegemônicas básicas (LACLAU, 1990, p. 28 *apud* MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p. 53).

Em Burity (2014) é abordado um exemplo claro de um discurso hegemônico. Cita-se uma manifestação em frente a uma universidade, contra a privatização da mesma e por um ensino gratuito. Neste movimento, estão participando diversos setores da instituição, seja grupos pertencentes ao movimento estudantil, professores organizados e alguns estudantes não articulados. Embora as identidades ali presentes possam carregar outras bandeiras em relação a outros assuntos, uma coisa que os une, de forma contingente, é a luta pelo ensino público e gratuito, e é nesta luta que a hegemonia está caracterizada.

Visto os conceitos de discurso, antagonismo e hegemonia, hora de abordar as noções de significante vazio e significante flutuante. O significante vazio surge na condição de um discurso que tem inúmeras significações atribuídas a ele, seus sentidos passam a ser tão universalizados que se torna impossível de significa-lo de forma exata. Este fenômeno ocorre quando dentro da prática articulatória a cadeia de equivalência expande demasiadamente os seus sentidos (MENDONÇA, 2009). Devido a estas múltiplas significações, o sentido passa a ter seu conteúdo esvaziado.

Significante flutuante não está distante da noção de significante vazio, trata-se de um sentido que está “suspenso”, o qual transita em diferentes equivalências. Pinto (2016) utiliza o exemplo do combate à corrupção. Inicialmente pode ser um sentido articulado no campo da esquerda, junto à um governo popular, antiburguês, defesa do Estado forte e partido de classes populares. No momento que um governo popular é associado à corrupção, o sentido do combate a mesma se desprende e passa a se articular com a posições mais à direita, equivalentes ao Estado-mínimo e liberalismo econômico.

A mobilização das categorias aqui apresentadas será de suma importância para os objetivos desta pesquisa. Visto que a teoria do discurso aqui apresentada permite a compreensão do social e seus sentidos, busca-se através deste marco teórico, averiguar o comportamento ideológico dos deputados federais do PMDB no período pré e pós *impechment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, através da identificação dos elementos que significaram as políticas propostas por estes parlamentares.

2. Sobre o PMDB

Este capítulo resgata sucintamente a história do PMDB, abordando sua origem como MDB nos tempos de regime militar, a trajetória dentro do sistema político brasileiro no período autoritário e no da democracia pós-1985, e por fim, o que a literatura diz a respeito de sua classificação ideológica. Trata-se de uma tarefa fundamental no estudo de um partido político para a compreensão do mesmo.

2.1. MDB: Origem e trajetória durante o regime militar

Em outubro de 1965 através do Ato Institucional de número 2, o presidente Castelo Branco acabou com o pluripartidarismo instituindo um novo modelo no sistema político brasileiro. Este regimento político previa um endurecimento na criação de partidos. Segundo Fleischer (2004, p. 308), no novo modelo "bastava arregimentar 120 deputados federais e 20 senadores. Em tese, poderiam ter sido organizados três partidos novos, mas na prática foi difícil até mesmo conseguir dois". Com isso os defensores da ditadura fundaram a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) em 1965, e em 1966 os oposicionistas depois de alguns esforços criaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (FLEISCHER, 2004).

Segundo Kinzo (1988) o MDB foi fundado "de cima para baixo" devido ao fato de ter sido criado por parlamentares. Herdou uma parcela de congressistas do antigo PSD (43 deputados), de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, do PTB (78 deputados) de Leonel Brizola e lideranças clandestinas do PCB e PCdoB. Suas principais pautas eram o fim da ditadura militar e o fim da repressão. Pelo fato de agregar membros conservadores e reformistas, constituindo uma heterogeneidade notável, sua ideologia foi caracterizada como "híbrida", uma consequência natural do bipartidarismo conciliando o fato de ser oposição ao regime ditatorial, portando um caráter unificador de um lado e do outro do espectro ideológico (MELO, 2013).

Após alguns sucessos da Aliança Nacional Renovadora em eleições legislativas e municipais, o MDB começou a ganhar força dentro do jogo político devido ao fim do milagre econômico[5] e à regulamentação de campanhas eleitorais a partir de 1974. Em virtude disso, o governo militar promoveu um novo

[5] Milagre econômico foi um período de 1968 até 1973 em que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve extraordinárias taxas de crescimento aliadas à uma inflação relativamente baixa para os padrões do Brasil (VELOSO, 2008)

pluripartidarismo em 1979 através da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, n° 6767. O MDB se diluiu em quatro novos partidos, sendo eles: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), presidido por Ulysses Guimarães, e herdou as principais características do antigo MDB; Partido Progressista (PP), liderado por Tancredo Neves; Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Ivete Vargas (FLEISCHER, 2004).

O PMDB teve certa notoriedade nesse novo modelo pluripartidário que permeou nos últimos cinco anos do regime militar. Portando as mesmas características heterogêneas do MDB, eles contavam com a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, atrás apenas do PDS (partido oriundo da antiga ARENA). Encabeçou inúmeros movimentos que lutaram pelas eleições diretas para presidente, sendo uma "voz institucional" dentro do jogo político (MELO, 2013). Em 1982 nas primeiras eleições diretas para governador dos estados em aproximadamente 20 anos, o PMDB teve um número expressivo de candidatos eleitos equilibrando forças com o partido governista, mostrando que cada vez mais o regime militar ia perdendo força. Em 1985 houve a formação do colégio eleitoral que elegeu o deputado federal Tancredo Neves, do PMDB, para Presidência da República, dando início a uma nova era no Brasil.

2.2. O PMDB na nova democracia

Desde o fim do regime militar em 1985 e a nova emenda constitucional que liberou a formação de novos partidos políticos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi sempre destaque no jogo político, mesmo se dissolvendo com o passar dos anos (PCB, PCdoB, PSB[6] e PSDB são egressos do PMDB). O partido ocupou a Presidência da República três vezes neste período, com José Sarney (1985-1990), Itamar Franco (1992-1995) e Michel Temer (2016-2018). O primeiro assumiu após a morte de Tancredo Neves, filiado ao partido desde 1982 devido à incorporação do Partido Popular ao PMDB, que recém tinha sido escolhido pelo do colégio eleitoral para começar a nova era democrática no Brasil. Itamar Franco chegou à presidência após o *impeachment* de Fernando Collor, Michel Temer após o *impeachment* de

[6] PCB e PCdoB auxiliaram na formação do antigo MDB.

Dilma Rousseff. Apenas nas eleições de 1989 e 1994 o PMDB lançou candidato próprio para a disputa presidencial. No primeiro momento Ulysses Guimarães foi o candidato, mas ficou em sétimo lugar com cerca de 4,7% dos votos. Na outra disputa eleitoral o candidato escolhido foi Orestes Quércia ocupando a quarta colocação com aproximadamente 4,4% dos votos

Analisando sua trajetória no executivo nacional durante esse período pós ditadura, o PMDB mostrou muita habilidade para conseguir se infiltrar no governo, independente do partido e da ideologia que estava no poder. Participou de todos os governos através de ministérios ocupando pelo menos uma vaga, inclusive no governo Collor, onde mesmo sem participar da base de apoio acabou tendo um ministro. Fez coalizão com o PSDB nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Com Lula, do PT, ficou fora da coalizão apenas no primeiro mandato, em 2003, e esteve do lado de Dilma Rousseff, também do PT, até março de 2016 quando resolveu romper com o Partido dos Trabalhadores e articular o processo de *impeachment* que acabou se concretizando em agosto do mesmo ano. Segundo Melo (2013) tais fatores são possíveis devido à facilidade do PMDB de modelar-se conforme o jogo político e seu poder de barganha:

> Ele (PMDB) foi gradualmente modelando-se como um partido cujo principal objetivo é o de permanência em governos e em cargos, independente da coloração ideológica das coalizões eleitorais e governamentais nas quais participa. [...] Dado à sua capilaridade nacional, ao número de prefeituras e de Estados que controla e ao tamanho de sua bancada no Congresso Nacional, o PMDB sempre teve grande poder de barganha com o Executivo Federal e poder de veto (MELO, 2013, p. 19).

O antigo MDB, por ser um partido cuja principal bandeira era a luta pela democracia, recrutou políticos de diversas vertentes ideológicas sejam eles conservadores ou liberais, característica típica de um partido *catch all.* O PMDB teve grandes vantagens em herdar estes atributos pois obteve uma boa margem eleitoral por todo o país. Por ser um partido de centro e com um alto número de representantes, o partido se coliga com agremiações de direita e de esquerda sem perder eleitores e causar dissolução interna (MELO, 2013).

O fato do partido ser extremamente heterogêneo e não se identificar com nenhum dos extremos presentes no espectro ideológico influencia diretamente na sua estratégia política. Em cada região do Brasil, o PMDB contém inúmeras lideranças locais que possuem diferentes intenções e planos políticos, tornando uma ascensão nacional em torno de um candidato à Presidência da República uma situação muito acirrada dada a dificuldade em conciliar os interesses de suas bases regionais (MELO, 2007 apud MELO 2013). Por estes fatores, o partido opta por focalizar seus esforços nas figuras locais, aumentando a sua capilaridade e consequentemente atraindo outras agremiações políticas a realizar coligações devido ao elevado número cargos ocupados pelo PMDB.

2.3 O PMDB no jogo político

Esta seção é uma compilação das principais informações dos capítulos quatro e cinco do livro “Lulismo em crise, um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016) ” de André Singer (2018). Realizou-se uma síntese destes capítulos para o presente trabalho pois é fundamental a compreensão do diagrama partidário e eleitoral que o PMDB estava inserido no período em que está se estudando. Além do mais, as informações contidas nestes textos mostram a relação do PMDB com os principais partidos envolvidos no processo de *impeachment.*

De acordo com Singer (2018), desde o período que antecedeu a ditadura militar, o sistema político partidário brasileiro possui uma configuração que reflete nos tempos atuais. Naquela época o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) eram os partidos centrais do cenário, cada um com sua representação e centralizando a disputa eleitoral nestas três siglas. O PTB era o partido que possuía os votos dos setores mais populares da sociedade, com projetos em defesa das questões trabalhistas, defesa da reforma agrária e nacionalização da indústria. A UDN surgiu a fim de lutar contra o autoritarismo do Estado Novo e possuía ideais liberais, se opondo à intervenção do Estado na economia e em defesa da livre entrada e saída do capital estrangeiro, tinha um grande apoio da classe média e de setores rurais. Estas duas siglas polarizavam as disputas na época, representando dois projetos claros (liberalismo e reformismo). No intermédio desse antagonismo, encontrava-se o PSD, possuindo uma extrema importância dentro do jogo político devido à sua enorme

base no interior rural do país – parcela extremamente significativa da população na época. O partido se posicionava ao centro do espectro ideológico, portanto, tinha facilidade de dialogar com as duas siglas que polarizavam as disputas eleitorais (SINGER, 2018).

Em 1974, em meio ao regime militar, a configuração que marcara época antes da ditadura, e que foi destruída devido ao novo sistema bipartidário, voltou a tomar forma nas eleições parlamentares. O MDB obteve uma expressiva votação nas camadas mais populares da sociedade enquanto os votos da ARENA se concentraram na classe média e nos ricos, fazendo ressurgir o realinhamento partidário eleitoral existente entre 1945 e 1962, onde a disputa era polarizada entre um partido que assegurava os votos das classes mais pobres, o PTB, e um partido que tinha o voto da classe média, a UDN. O terceiro elemento, como era o PSD, não existia devido ao bipartidarismo (SINGER, 2018).

Trazendo esta configuração partidária eleitoral para a nova democracia, segundo Singer (2018), a partir de 2006, o realinhamento partidário eleitoral aqui destacado voltou a tomar forma no momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) obteve grandes êxitos no campo da política social, garantindo uma base eleitoral dentro das camadas mais populares. Com isso, o PT passou a exercer o papel do PTB e do MDB como partido das classes de menor renda. O PSDB passou a ocupar o posto de “partido da classe média” que a UDN e ARENA ocupavam. E o PMDB passou a ser o terceiro elemento assim como era o PSD, com um caráter centrista, descentralizado, porém, com uma base muito forte no interior lhe garantindo uma ampla participação política e um poder de barganha enorme dentro do jogo político devido as suas dimensões no congresso (SINGER, 2018).

Para Singer (2018), durante o seu primeiro mandato, Lula percebeu que para facilitar a sua governabilidade era necessário aproximar-se do PMDB, instituindo alianças com importantes figuras do partido peemedebista. No primeiro semestre de 2003, a ala do PMDB no senado, composta por José Sarney, Roberto Requião, Orestes Quércia e Maguito Vilela ingressou na base de governo lulista, sendo José Sarney o principal parceiro de Lula dentro do PMDB. Com essa aproximação, importantes cargos do governo federal foram entregues a membros e parceiros do PMDB, como a presidência da Transpetro; o Ministério da Previdência Social, o

Ministério das Comunicações; o Ministério das Minas e Energia, e o Ministério da Saúde (SINGER, 2018).

Singer (2018) lembra que, em 2007, Lula aproximou-se do grupo de Michel Temer, figura importante dentro do PMDB, firmando uma frente entre PT e PMDB para a Presidência da Câmara, onde Arlindo Chinaglia seria o escolhido no primeiro biênio e o próprio Temer seria o substituto em 2009-2010. Essa parceria gerou cargos a indicados do PMDB no Ministério da Integração Nacional; no Ministério da Agricultura; na vice-presidência da Caixa Econômica Federal; e na Diretoria Internacional da Petrobrás. O acordo com o grupo de Temer garantiu ao PT estabilidade dentro do Congresso Nacional entre 2007-2010 (SINGER, 2018).

Singer (2018) mostra que, a partir da eleição de Dilma, em 2010, o casamento entre o Partido dos Trabalhadores e Partido do Movimento Democrático Brasileiro começara a ter os seus dias contados. Durante a montagem de seu governo, a ex-presidenta tirou do PMDB ministérios importantes, como o da saúde e de comunicações, ocasionando um mal-estar em seus aliados. Segundo Singer (2018 p.185), Dilma decidiu realizar um “ensaio republicano” a fim de tentar combater à corrupção, limitando o esquema clientelista predatório incrustado no aparelho brasileiro. Para isso, retirou-se parte dos setores controlados pelo PMDB e com o intuito de expandir o “espaço da esfera pública imune a influências privadas”. No ano seguinte Dilma afastou Alfredo Nascimento do Ministério dos Transportes; Wagner Rossi (PMDB-SP) do Ministério da Agricultura; Pedro Novais (PMDB-MA) do Ministério do Turismo; e Mario Negromonte (PP-BA) do Ministério das Cidades. Uma das grandes pedras no sapato do PT se formou quando Dilma tirou a presidência de Furnas do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Na medida em que a presidenta ia realizando sua “faxina”, a estrutura montada favorável ao PT dentro do Congresso ia se desmoldando e Eduardo Cunha iria juntando os cacos para realizar sua vingança no futuro (SINGER, 2018).

> A cada espanada da faxina dilmista, Cunha recolhia no Congresso adeptos para vingança que preparava lentamente. O giro republicano desmontava o sistema de alianças construído por Lula e, com isso, a base parlamentar do governo se esfacelava. [...] A questão fundamental que o ensaio de Dilma não respondia era: ao afastar os que não se comportavam de maneira republicana, mas tinham votos no Congresso, com quem ela estabeleceria aliança? (SINGER, 2018 p.189)

Embora Dilma tenha vencido as eleições de 2014 com o PMDB compondo sua chapa, o clima entre os partidos não era dos melhores. A ala peemedebista de Eduardo Cunha tinha fortes desavenças com a presidenta e o mesmo já tinha montado um bloco independente de sete partidos diferentes dentro do Congresso. A guerra se tornou oficial quando em 2015 Eduardo Cunha se candidatou à Presidência da Câmara rompendo o pacto entre PT e PMDB de alternância no poder (SINGER, 2018).

Para Singer (2018), após perder o pleito presidencial para o PT, pela quarta vez consecutiva, o PSDB viu diante dos seus olhos a consolidação de uma fragmentação extremamente intensificada, com Aécio Neves, sendo derrotado por apenas 3,28% de diferença. O candidato tucano inconformado com a derrota, solicitou ao TSE uma auditoria colocando em cheque a credibilidade das urnas eletrônicas, fator que jamais havia ocorrido no Brasil pós redemocratização. Em 2015, grupos de direita insatisfeitos com o governo petista passaram a ir as ruas pedindo o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, e o PSDB, estimulado por esse descontentamento viu na insatisfação do PMDB com o partido aliado a oportunidade de articular uma manobra política que pudesse derrubar a presidenta eleita em 2014 (SINGER, 2018).

Singer (2018) afirma que inicialmente o Partido da Social Democracia Brasileira estava dividido em três frações quanto à melhor estratégia a ser tomada para derrubar Dilma. A ala de Aécio Neves visava um meio de caçar a chapa Dilma-Temer e convocar um novo pleito eleitoral, visto que, segundo as opiniões de pesquisa pública, o candidato derrotado em 2014 era visto como o nome favorito em caso de novas eleições. Singer (2018) ainda aponta que o grupo de Geraldo Alckmin visava fazer oposição firme ao governo Dilma até o fim de seu mandato, com o PT chegando desgastado para 2018 e naturalmente os tucanos vencerem as eleições. José Serra buscava a derrubada por meio de uma aliança com o PMDB, com os peessedebistas compondo a base de governo do vice Michel Temer (SINGER, 2018).

Na medida em que os mecanismos jurídicos capazes de sustentar o *impeachment* foram sendo descobertos, os tucanos não encontraram outra saída senão a ideia de José Serra. Estimulados pelo isolamento parlamentar de Dilma,

pela piora da situação econômica, as fortes denúncias da operação Lava-Jato[7] e as incessantes manifestações pedindo a saída da presidenta, Temer, que já tivera excelentes relações com o PSDB no governo de Fernando Henrique Cardoso, construiu ao lado de Serra a coalizão que consolidou o impedimento de Dilma, contando com a grande contribuição de Eduardo Cunha no Congresso Nacional (SINGER, 2018).

As informações apresentadas neste capítulo visam introduzir o ambiente em que o partido estava inserido no período de estudo. Visto que aqui pretende-se compreender o comportamento ideológico dos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016, uma abordagem contingencial sobre o partido é fundamental para compreender a atuação dos sujeitos aqui trabalhados.

[7] A operação Lava-Jato, deflagrada pela Polícia Federal, teve início em 17 de março de 2014, visando investigar esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

3. Onda Conservadora

O presente capítulo apresentará um movimento composto por diversos atores sociais, de cunho direitista, que será denominado como onda conservadora. Através de trabalhos já realizados sobre o tema, identificou-se os atores e quais as principais pautas que esta onda carrega para si. A construção deste capítulo é de extrema importância pelo fato de esclarecer e fundamentar a hipótese levantada na introdução.

Desde 2013, pode-se perceber que movimentos de direita começaram a tomar força no Brasil. Grupos em redes sociais, parlamentares conservadores e figuras presentes dentro das mídias deram amplo suporte para este engajamento militante. Durante o segundo mandato de Dilma houve inúmeras manifestações, articuladas por esta nova direita que começou a se manifestar, contra a corrupção e pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o qual acabou se concretizando em agosto de 2016.

Messenberg (2017) analisou os principais atores sociais deste novo movimento da direita e as três principais correntes de pensamentos que movem esta corrente política que ganhou força. Alguns destes sujeitos que encabeçaram essa nova "direita que saiu do armário", expressão que a autora utilizou no título de seu trabalho, são: as comunidades na internet Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online[8]; os jornalistas Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Raquel Sheherazade, Rodrigo Constantino e Felipe Moura Brasil; e os parlamentares Jair Bolsonaro e Marco Feliciano.

O grande dispositivo de mobilização e a propagação da cosmovisão destes atores foram as mídias e as redes sociais, que na interpretação da autora tratam-se de meios privilegiados para a construção de estruturas cognitivas que organizam o pensamento.

> No mundo contemporâneo os meios de comunicação de massa e as redes digitais constituem-se nos espaços privilegiados para a construção dos enquadramentos, os quais as pessoas recorrem para organizar e selecionar suas atitudes políticas. Tais enquadramentos são produzidos de forma interativa, isto é, são resultados de um processo de mão dupla entre os

[8] Indica-se a leitura do trabalho "Tão próximos tão distantes: a articulação discursiva dos movimentos pró-*impeachmen*t a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau" de Baron (2017). Trata-se de uma análise sobre os movimentos aqui abordados sob a luz da Teoria do Discurso de Laclau.

> emissores e os receptores da informação, o qual envolve tanto a repetição de padrões interpretativos e compreensivos de forma seletiva e manipulatória, quanto a de valores e símbolos dominantes no senso comum, que são assim retroalimentados e/ou reformados de forma dinâmica (MESSENBERG, 2017, p.626).

Segundo Messenberg (2017) a construção discursiva deste grupo é baseada em três campos semânticos que reúnem ideias forças, sustentando o discurso destes atores. São eles o antipetismo, o conservadorismo moral e o neoliberalismo. O antipetismo é observado na aclamação pelo *impeachment*, percebe-se que as mensagens de "fora Dilma", "fora Lula" e "fora PT" são extremamente estimuladas nas falas dos atores. Além do mais, são atribuídos ao Partidos dos Trabalhadores os principais problemas que assolam o Brasil, como a corrupção e a crise econômica. O conservadorismo moral resgata princípios religiosos, como a defesa da família tradicional brasileira e o resgate da fé cristã, o patriotismo, o anticomunismo, o combate à criminalidade e a intolerância às minorias como negros e negras, LGBTs e mulheres (MESSENBERG, 2017). A ideia força do neoliberalismo empregado no discurso estudado tem enfoque no estado mínimo, na eficiência do mercado através privatizações, no empreendedorismo e nos cortes de política sociais (MESSENBERG, 2017).

Almeida (2017) relata que essa onda conservadora possui grande apoio dentro do Congresso Nacional, principalmente através dos deputados evangélicos e de membros ligados a movimentos religiosos. Eduardo Cunha, fortemente ligado a vínculos religiosos como a Igreja Assembleia de Deus, presidiu a Câmara dos Deputados até ser cassado [9]e dirigiu o processo de *impeachment* de Dilma. O autor analisa que essa participação evangélica denominada "onda conservadora" é sustentada por quatro linhas de força que juntas centralizam essa conjuntura: economia, moral, securitária e interacional (ALMEIDA, 2017).

O discurso econômico desta onda vai na linha do Estado mínimo, contra políticas distributivas e redistributivas promovidas pelo governo (ALMEIDA, 2017). Aclamação pelo empreendedorismo individual e a meritocracia são as linhas estimuladas por esse grupo e elas são materializada na agenda liberal que os políticos evangélicos adotam (ALMEIDA, 2017). O deputado Eduardo Cunha foi

[9] Eduardo Cunha teve seu mandato cassado em 13/06/2016 por quebra do decoro parlamentar. Foram 450 votos a favor, 10 contra e 9 abstenções.

protagonista na aprovação da Lei das Terceirizações, contando com amplo apoio da Frente Parlamentar Evangélica.

A questão moral está diretamente ligada a preceitos religiosos, principalmente à defesa da família tradicional brasileira, combatendo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e o aborto (ALMEIDA, 2017). Almeida (2017) cita três projetos alimentados por esta luta pela moralidade cristã, são eles: Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), o qual propõe estender o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) ao feto, começando pelo direito à vida; o Estatuto da Família (PL 6583/2013), definindo família como apenas a união entre homem e mulher; “Cura Gay” (PL 4931/2016), possibilitando que os psicólogos possam realizar o tratamento e a “cura” da homossexualidade.

A linha securitária refere-se à lógica punitiva e repressiva dos modelos de segurança pública (ALMEIDA, 2017). A partir de 2014, notou-se um movimento político muito forte de demandas para um aparelho mais repressivo do Estado no que tange à segurança. Pautas como a redução da maioridade penal, a lei do desarmamento, lei antiterror e políticas de encarceramentos estiveram frequentemente em discussão dentro do Congresso Nacional (ALMEIDA, 2017).

A última linha de força que move esta onda conservadora, que Almeida (2017) cita em seu trabalho, diz respeito às interações sociais em situações de antagonismo. A crise política alastrou-se para uma parcela da população mobilizada pela crise, ocasionando disputas políticas e morais que rompem com o ambiente familiar, de trabalho e afetivo. Estas disputas foram potencializadas ainda mais pela internet e pelas redes sociais.

Braz (2017) indica uma ascensão de forças conservadoras e reacionárias no Brasil em todas as camadas da sociedade brasileira (Congresso Nacional, judiciário e forças policiais). Esta conjuntura alimenta-se de uma cultura que prega os mais diversos tipos de intolerância. Parte destas forças conservadoras, referem-se a reforma política que prevê o estabelecimento de uma cláusula de desempenho eleitoral a qual barra os partidos menores, especialmente os que figuram no âmbito da esquerda. Outro grande fator atribuído a este conservadorismo é o crescimento

do número de adeptos ao movimento “Escola sem partido”[10], o qual parte da direita brasileira tenta tornar lei.

Através de um estudo abordando a trajetória discursiva das manifestações de rua de 2013 até 2015 no Brasil, Pinto (2016) identifica o momento em que este discurso conservador emergiu e se consolidou no cenário político. Embora tenham sido extremamente fragmentadas, as manifestações de 2013 causaram um amplo desgaste no governo Dilma e produziram matéria-prima para a vitória discursiva da direita nos anos seguintes. Em 2014, Dilma sofreu uma vaia durante a abertura da Copa do Mundo de futebol e este foi detectado o momento inaugural do avanço do discurso conservador e antipetista (PINTO, 2016).

Neste momento, a relação da militância do PT com o seu partido passava por momentos de fragmentação. Além do desgaste natural de ser governo por bastante tempo, alguns apoiadores se desiludiram com o partido devido ao fato de as expectativas de mudanças mais radicais na política brasileira terem sido frustradas. Os frequentes casos de envolvimento em esquemas de corrupção por parte de membros importantes do partido e o afastamento do PT das bases dos movimentos sociais também contribuíram para este desgaste. Dito isto, o PT mantinha mais a força com que contava nas ruas quando chegou ao governo. Então, a oposição começou a crescer no campo da discursividade visto que o Partido dos Trabalhadores não encontrava mecanismos para dar sentido ao seu governo (PINTO, 2016).

Em 2015, esta vitória discursiva conservadora materializou-se nas frequentes manifestações pró *impeachment* da recém presidenta reeleita em 2014. As manifestações eram localizadas em regiões mais nobres das grandes cidades que abarcaram estes eventos, e seus atores eram em sua maioria de classe média/ classe média alta e vestiam camisetas verde e amarela. Ideologicamente as manifestações eram muito bem definidas, o PT era tido como o expoente de todos os problemas que tinham no Brasil e sua imagem era atrelada ao comunismo (PINTO, 2016).

[10] O Escola Sem Partido é um movimento que visa tornar-se lei. Prega-se o fim da “doutrinação ideológica” nas escolas. Segundo o site do movimento: “O professor não poderá prejudicar ou favorecer os alunos em virtude de suas convicções políticas. O professor não poderá fazer propaganda político-partidária em sala de aula ou incentivar o aluno a participar de eventos políticos. Ao entrar num debate político, econômico e sociocultural, o professor será obrigado a apresentar todas as correntes perspectivas sobre o assunto.” https://www.programaescolasempartido.org/

Portanto, visto o crescimento dessa força conservadora e neoliberal, que vem ganhando espaço paulatinamente dentro do cenário político brasileiro desde 2013, inclusive com uma bancada notável dentro do Congresso Nacional, acredita-se que os projetos de lei formulados pelos deputados federais do PMDB possam estar seguindo a linha deste movimento conservador recém trabalhado. Visto que o partido possui uma ideologia centrista, e devido à sua ampla dimensão na política brasileira, consegue dialogar com agremiações dos mais diversos espectros ideológicos (MELO, 2013), acredita-se que os deputados da legenda tenderam a propor políticas mais à direita, por influência desta onda conservadora.

4. Algumas classificações de partidos políticos

Devido ao fato deste trabalho utilizar uma nova metodologia de classificação ideológica partidária, este capítulo é destinado a averiguar de que maneiras metodológicas a literatura já classificou os partidos políticos brasileiros no espectro ideológico, não interessando a configuração dos partidos, mas sim como se deu o processo para classificá-los.

Dada à dificuldade de ter acessos a algumas obras, optou-se por realizar esta pesquisa apenas dentro da plataforma online Scientific Eletronic Library Online (SciELO). Este portal é extremamente relevante devido ao grande conjunto de informação científica que é oferecido de forma acessível e gratuita. Ingressar nesta plataforma está entre as principais prioridades de toda revista acadêmica, pois, devido à grande acessibilidade do site, o artigo publicado acaba tendo ampla visibilidade. Por este trabalho de revisão bibliográfica ter se dado apenas na plataforma SciELO Brasil, sabe-se que não esgota as possibilidades de metodologias de classificação ideológica partidária desenvolvidas no campo acadêmico.

Portanto, a análise aqui realizada, assumirá uma metodologia qualitativa utilizando a técnica de revisão bibliográfica. Segundo Webster e Watson (2002) a revisão bibliográfica é o passo inicial para qualquer pesquisa científica, pois ela ajuda a guiar os rumos do trabalho e obter um contato maior com a teoria e o objeto do fenômeno estudado, permite também ao pesquisador enxergar lacunas na teoria que podem ser pesquisadas e construídas. De acordo com Gil (2007), a pesquisa bibliográfica possui um caráter exploratório, permitindo a familiaridade com o problema e o aprimoramento das ideias.

Para construir uma revisão bibliográfica, Dane (1990) afirma que é preciso definir um tópico chave, autores, palavras, periódicos, e fontes de dados preliminares. A revisão bibliográfica pode seguir três tipos: narrativa, integrativa e sistemática. A revisão narrativa baseia-se em uma descrição simplificada de estudos e informações sobre certo tema, sua busca por referências não esgota as fontes de informações e a seleção dos estudos está sujeita à subjetividade do pesquisador. A revisão integrativa remete à uma combinação de estudos empíricos e teóricos, podendo direcionar a uma possível definição de conceitos, essa combinação amplia

a possibilidade de analise literária. A revisão sistemática possui um caráter exploratório e serve como um instrumento de mapeamento dos trabalhos publicados de algum assunto específico. Este trabalho implica uma busca dos trabalhos referentes ao desenvolvimento de metodologias, para que se tenha um conjunto de artigos científicos propícios e adequados a fim de criar um embasamento teórico e científico. Cook et al. (1997) concluem que a revisão bibliográfica sistemática é reconhecida por ser metódica transparente e replicável.

A pesquisa em destaque utilizará a revisão bibliográfica sistemática, pois trata-se da melhor maneira de alcançar o objetivo traçado. O desenvolvimento desta revisão é feito através de uma aplicação de três filtros. Como já dito anteriormente este trabalho se dará apenas na plataforma online SciELO, devido à fácil acessibilidade aos artigos acadêmicos. Os filtros empregados organizam-se em três etapas. Na primeira etapa, foi feita uma busca com as palavras chaves “Ideologia”, “Partidos políticos”, “Ideologia partidos políticos”, “Classificação partidos políticos”, “Classificação ideologia” Feito isso, foram analisados os títulos e as palavras chaves de todos os artigos encontrados nesta primeira busca e foram selecionados aqueles que se aproximam do tema a ser estudado. A segunda etapa foi a realização da leitura dos resumos de todos os artigos que foram selecionados na primeira etapa, com a finalidade de delimitar ainda mais o número de trabalhos a serem estudados para que se possa chegar mais perto do possível de nosso tema. A terceira e última etapa se deu na leitura das introduções e conclusões destes artigos que restaram para que se possa fazer uma análise concreta sobre as publicações na literatura brasileira no tema que se está estudando.

Realizado os três filtros, foram encontrados três artigos que apresentaram, mesmo que de maneira pontual, um método de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Os trabalhos foram lidos por completo. Seguem as principais ideias de cada um destes artigos.

4.1. *Manifesto Reaserch Group* (MRG)

O primeiro artigo estudado foi “Partidos, programas, e o debate sobre esquerda e direita no Brasil” de Tarouco e Madeira (2013). Foi localizado quando se buscou na plataforma SciELO as palavras Ideologia, Partidos Políticos, Ideologia

Partidos Políticos, Classificação, Classificação Ideologia e Classificação Partidos Políticos.

O objetivo desse *paper* foi propor uma combinação alternativa de categorias e uma nova escala ideológica para confrontar com as posições atribuídas aos partidos. Os autores argumentam que as preferências políticas dos partidos podem ser explicadas desde gastos sociais e até econômicos. Partidos de esquerda tenderiam a direcionar seu orçamento com gastos sociais devido a sua proximidade com as classes trabalhadoras, enquanto partidos de direita gastariam com políticas de ajuste fiscal, pois são identificados com proprietários e grupos sociais privilegiados. No de artigo Tarouco e Madeira (2013) trabalharam com a história dos conceitos de direita e esquerda. A origem destas denominações se deu na revolução francesa onde os delegados identificados com a reforma social e o igualitarismo sentavam-se à esquerda do Rei, enquanto os delegados conservadores e ligados às aristocracias sentavam à direita. A partir de então, novas atribuições foram dadas a estes quesitos de classificação ideológica, como defesa da classe operária e Estado interventor à esquerda, e defesa do capitalismo e o livre mercado à direita.

O método utilizado pelos autores para classificar os partidos políticos brasileiros chama-se Manifesto Research Group (MRG), vinculado ao *European Consortium for Political Reaserch* (ECPR). A classificação utilizada pelo MRG implica em uma escala ideológica a partir de 56 categorias desenvolvidas para analisar o texto dos programas partidários registrados, organizadas em um banco de dados. Estas categorias são divididas em sete domínios diferentes que tratam dos respectivos temas: relações exteriores, liberdade e democracia, sistema político, economia, bem-estar e qualidade de vida, estrutura da sociedade, grupos sociais. Não é especificado no texto o peso de cada categoria.

A posição dos partidos políticos no âmbito esquerda e direita define-se conforme o texto dos programas políticos de cada partido se relaciona com cada categoria. Foram analisadas as frases dos programas em que o partido assume uma posição política sobre os domínios. O número 0 é a posição central, neste sentido, valores negativos representam posições de esquerda e valores positivos posições de direita. Cita-se o exemplo de que um texto totalmente baseado em ideias de esquerda teria o valor de -100 e um texto totalmente de direita +100.

Passar-se-á para o segundo trabalho encontrado.

4.2. *W-NOMINATE*

O segundo artigo chama-se: “Ideologia, democracia e o comportamento parlamentar: a câmara dos deputados (1991-1998) ”, de Leoni (2002). Foi encontrado quando a busca se deu apenas por Ideologia.

Este trabalho teve como objetivo descobrir quantas dimensões são necessárias para representar de forma adequada as preferências dos legisladores da Câmara dos Deputados brasileira no período 1991-1998. Para descobrir as dimensões ideológicas dos deputados o autor utiliza o método estatístico W-NOMINATE que tem como base a teoria espacial do voto. Esta teoria parte do pressuposto de que as preferências individuais e políticas são mensuradas a partir de pontos em um espaço. Os atores dão prioridades às políticas que se encontram mais próximas de seus pontos ideais, em detrimento daquelas que estão mais distantes (LEONI, 2002). Através dos votos dos deputados, as localizações espaciais destes são colocadas em uma ou mais dimensões. Esta metodologia foi escolhida por ser a ordenação padrão da ciência política norte americana na época e pelo fato dos programas e documentos necessários estarem disponíveis na internet**.** Este método possibilita uma avaliação de posições multidimensionais para as políticas e os legisladores. As coordenadas são forçadas a situar-se em uma hiperesfera de raio 1 centrada em zero (POOLE e ROSENTHAL, 1997, p. 234 *apud* LEONI, 2002, p.366).

Segue a seguir o terceiro artigo encontrado.

4.3. Variáveis dicotômicas *dummies*

O último texto averiguado foi “Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros”, de Arvate, Avelino e Lucinda (2008). Foi encontrado apenas na busca por Ideologia.

O artigo possui dois objetivos centrais. O primeiro consiste em elaborar uma variável ideológica afim de identificar a ideologia que representa o Executivo e o Legislativo. O segundo objetivo é, através do resultado da representação ideológica dentro dos poderes constituídos, averiguar de que maneira a ideologia interfere na

realização dos resultados fiscais. Como o foco principal desta revisão bibliográfica sistemática é como é classificada a ideologia aos partidos políticos, será analisado apenas o primeiro objetivo deste artigo.

O artigo emprega o uso de variáveis dicotômicas denominada *dummies*, permitindo que se trabalhe em melhor contexto com os partidos fracos ideologicamente. Esta construção das *dummies* para o espectro ideológico dos governos tomou base em Michael Coppedge (1997). Este modelo toma como base as opiniões de um grupo de especialistas de cada país. Os partidos são classificados em diversas categorias a fim de cobrir os espectros direita e esquerda na política. No Brasil, os especialistas que colaboraram com a construção deste modelo foram os brasilianistas Barry Ames, David Fleischer, Scott Mainwaring e Timothy Power. Os autores deste artigo adotaram a ideologia do executivo como a mesma que a do partido que o governador estava inserido. O trabalho não explica precisamente as variáveis utilizadas pelos brasilianistas.

Realizando este trabalho de revisão bibliográfica, pode-se perceber que é possível encontrar muitos trabalhos referentes aos temas Ideologias e Partidos políticos na plataforma online ScIELO. Porém ao identificar aqueles que visam classificar ideologicamente os partidos políticos utilizando diferentes metodologias, identifica-se um número muito restrito de artigos. Dito isso, torna-se importante a realização de trabalhos acadêmicos que estipulam novas metodologias de classificação ideológica partidária.

5. Análise dos Projetos de Lei

Este capítulo é destinado à apresentação dos resultados e das análises realizadas sobre as classificações dos 1000 projetos de lei submetidos pelos deputados federais do PMDB nos anos de 2015 e 2016. Como já mencionado na introdução, a análise ideológica dos PLs seguiu uma metodologia de classificação ideológico-partidária calcada na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, onde os sentidos sobre esquerda e direita são oriundos do próprio campo político.

O capítulo divide-se em três partes. A primeira diz respeito às áreas em que os 1000 PLs estão inseridos. A segunda trata a análise ideológica feita nas subáreas dentro de Estado. A última mostra o panorama geral de todas as políticas que estão inseridas na área Estado, principal objetivo deste trabalho.

5.1 Áreas do PLs

A primeira parte do processo da pesquisa foi encontrar os projetos de lei inseridos na área Estado. Para isso, foi necessário realizar a leitura dos 1000 PLs apresentados pelos deputados federais do PMDB em 2015 e 2016, a fim de identificar a área de atuação de cada um. Feito este procedimento, constatou-se os seguintes resultados.

TABELA 1 – Área dos PLs do PMDB (2015 e 2016) (%)

Área	PLs
Economia	18
Estado	32
Social	32
Não classificáveis	18
Total	100

N= 1000

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Como mostram os dados da Tabela 1, dos 1000 projetos de lei publicados pelos deputados federais do PMDB, 18% encontram-se na área Economia, 32% em Estado, 32% em Social, e 18% dos PLs não possuem uma área de atuação.

As áreas de Estado e Social apresentaram a mesma porcentagem. No número absoluto, Estado leva uma pequena vantagem, contabilizando 325 no total, três PLs a mais que Social, o qual teve 322. Economia e os PLs sem área também ficaram com a mesma porcentagem, porém, os que não possuem área tiverem um PL a mais, 177, enquanto Economia teve 176 encontrados.

Para não deixar dúvidas sobre essas classificações, os projetos classificados na área de Economia dizem respeito aos assuntos sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, geração de emprego e renda e relações de consumo. Os que estão em Estado, são relacionados aos temas de administração pública, importação/exportação, política externa, previdência, privatizações-concessões, reforma política, segurança e tributação. A área Social, estão os assuntos sobre cidadania, educação, inclusão social, indígenas, infância e juventude, LGBT's, meio ambiente, mulheres, negras e negros, relações agrárias e relações de emprego.

Os que foram caracterizados como não classificáveis tratam de assuntos que não estão contidos dentro dos itens do parágrafo a cima. Um exemplo desta classificação é o PL 4364-2016, proposto pelo deputado federal Hildo Rocha (PMDB-MA), que diz em seu caput: Denomina a cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, Capital Nacional do Bumba Meu Boi.

Agora será apresentado como se deu a classificação em cada ano separadamente.

TABELA 2 – Área dos PLs do PMDB em cada ano (%)

Área	**2015**	**2016**
Economia	18	17
Estado	33	32
Social	34	29
Não classificáveis	15	22
Total	100	100

N 2015= 617 N 2016= 383

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 2 mostra os PLs apresentados pelos deputados federais do PMDB em 2015 e 2016. Dos 617 projetos de lei protocolados em 2015, 18% encontram na área Economia, 33% em Estado, 34% em Social, e 15% foram considerados como não classificáveis.

Dos 383 projetos de lei apresentados pelos deputados do PMDB em 2016, 17% estão inseridos na área Economia, 32% em Estado, 29% em Social, e 22% se encontram sem área.

Ao comparar os PLs dos dois anos, percebe-se que em 2015 o número de projetos de lei apresentados pelos deputados do PMDB foi bem maior em relação à

2016, sendo 617 no primeiro ano, e 383 no segundo. Tal fator pode ser atribuído à alta movimentação que o Congresso Nacional teve em 2016. Eventos como o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, e a tramitação da PEC 241[11] são exemplos de acontecimentos que podem ter demandado bastante tempo dos parlamentares do PMDB, focalizando suas atuações a estes assuntos.

A classificação dos PLs na área Estado, os quais serão avaliados com mais cautela, teve uma porcentagem bastante similar nos dois anos, 33% em 2015 e 32% em 2016. Mostrando uma certa regularidade na preocupação dos parlamentares do PMDB com os assuntos inseridos nesta área.

5.2 Análise das subáreas de Estado.

Este subcapítulo trará de maneira melhor detalhada as classificações dos projetos de lei nas subáreas em Estado, observando quais os assuntos que os documentos tratam e quais os sentidos são verificados nos PLs.

A distribuição das subáreas é apresentada na Tabela 3:

TABELA 3 – Subáreas (2015-2016) (%) (n)

Subárea	2015	2016	Total
Tributação	33 (58)	18 (32)	51 (90)
Segurança	23 (41)	12 (21)	35 (62)
Administração Pública	1 (2)	3 (6)	4 (8)
Reforma política	2 (4)	1 (2)	3 (6)
Privatizações/Concessões	2 (3)	1 (2)	3 (5)
Importação/Exportação	0 (0)	2 (3)	2 (3)
Previdência	0,5 (1)	0,5 (1)	1 (2)
Total	62 (109)	38 (67)	100 (176)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 3 mostra os projetos de lei inseridos nas subáreas que compõem a área Estado. São 176 no total, excluindo os 7 PLs hegemônicos e os 142 não classificáveis.

Dos 176 projetos de lei, 51% são relacionados ao tema *Tributação*, sendo 33% em 2015 e 18% em 2016. Os PLs visando *Segurança Pública* correspondem *a* 35% do total de 176, sendo 23% em 2015 e 12% em 2016. *Administração Pública* teve 4% dos PLs, 1% em 2015 e 3% em 2016. Foram 4 PLs a mais em 2016 em

[11] A PEC 241 teve a iniciativa do governo de Michel Temer e instituía um novo regime fiscal para próximos 20 anos após sua publicação. O debate perante a sua aprovação foi extremamente conflituoso dentro e fora do campo político institucional e demandou esforços do governo para a sua aprovação.

relação com 2015, 2 apresentados no primeiro ano de estudo e 6 no segundo. Os PLs classificados na subárea *Reforma Política* contabilizaram 3%, sendo 2% em 2015 e 1% em 2016. Os projetos de lei visando o assunto *Privatizações/Concessões* contabilizaram 3%, sendo 2% em 2015 e 1% em 2016. Foram 3% PLs relacionados à *Importação/Exportação*, todas em 2016. A subárea com menor recorrência foi *Previdência*, com apenas 1% do total, sendo 0,5% em 2015 e 0,5% em 2016.

Como pode-se observar, *Tributação* e *Segurança Pública* foram as subáreas de maior interesse dos parlamentares do PMDB em 2015 e 2016. Juntas, estas duas temáticas centralizaram 86% dos projetos de lei inseridos dentro da área Estado, contabilizando 152 PLs. Devido a isso, será destinado duas seções para tratá-las de maneira mais detalhada.

5.2.1 Tributação

Seguem as análises feitas sobre os PLs inseridos em *Tributação*.

TABELA 4 – PLs Tributação (2015 e 2016) (%) (n)

	Direita	**Esquerda**	**Total**
2015	44 (39)	21 (19)	65 (58)
2016	22 (20)	13 (12)	35 (32)
Total	66 (59)	34 (31)	100 (90)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 4 mostra que dos 90 projetos de lei apresentados em 2015 e 2016 que tangem a subárea *Tributação*, 66% são políticas de direita e 34% de esquerda. Deste total de 90 PLs, 65% foram apresentados em 2015 e 35% em 2016. Foram 44% do total classificados à direita no ano de 2015 e 22% classificados à direita em 2016. Quanto aos documentos de esquerda, 21% foram caracterizadas em 2015 e 13% no ano de 2016. Percebe-se que os projetos de lei no espectro da direita prevaleceram, sendo o ano de 2015 o período com o maior número absoluto de PLs submetidos nesta subárea.

Os principais sentidos que deram origem às classificações das políticas sobre *Tributação* no espectro da direita, categoria que teve o maior número de todos PLs dos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016, foram: redução da carga

tributária para estimular o empreendedorismo e menos impostos aumentam o poderde compra da população.

Para elucidar como as classificações foram dadas, seguem exemplos de classificações dos sentidos acima.

O PL 1943-2015 apresentado em 16/06/2015 pelo deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), diz em seu caput: “Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos de duas rodas destinados ao transporte de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), na forma que determina”. Tal medida propõe redução de imposto sobre os veículos destinados ao transporte de passageiros na categoria de táxi, afim de auxiliar os empresários que possuem empreendimentos neste ramo. Portanto, classificou-se o projeto como “Estado-Tributação-Direita” através do sentido “redução da carga tributária para estimular o empreendedorismo”.

O PL 6231-2016 apresentado em 04/10/2016 pelo deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), diz em seu caput: “Isenta as câmeras de monitoramento, os eletrificadores de cercas e os alarmes para proteção contra roubo do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI”. Tal proposição visa reduzir o imposto sobre equipamentos de segurança, com o intuito de que o preço destas mercadorias baixe e a população tenha a possibilidade de comprar estes itens de maneira mais acessível. Devido a isso, classificou-se este projeto de lei em “Estado-Tributação-Direita” por causa do sentido “menos impostos aumentam o poder de compra da população”.

Os projetos de lei submetidos pelos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016, na subárea *Tributação*, articulam-se com uma das forças da onda conservadora apresentada no capítulo três, visto que, os principais sentidos emanados dos PLs possuem uma lógica de redução de imposto visando o mercado. Almeida (2017) e Massemberg (2017) mostram que esta onda conservadora, crescente desde 2013, adota um discurso neoliberal onde defende-se a redução do Estado na vida dos cidadãos, estimulando o empreendedorismo e a livre iniciativa.

Sobre os PLs de tributação classificados à esquerda, em sua maioria seguiram o sentido favorável ao incentivo fiscal às empresas somente quando

houver contrapartida social e redução da tributação sobre bens e serviços básicos. Para exemplificar:

O PL 3195-2015, apresentado em 01/10/2015 pelo deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB) tem em seu caput: “Autoriza as pessoas físicas e as pessoas jurídicas a deduzirem do imposto de renda devido as doações feitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação”. Tal medida visa que pessoas jurídicas possam ter imposto reduzido em troca de uma contrapartida social, que no caso do PL são doações ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Devido a isso, o projeto foi classificado como “Estado-Tributação-Esquerda”.

O PL 4732-2016 apresentado 15/03/2016 pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), diz em seu caput: “Concede descontos para as cooperativas de eletrificação rural na compra de energia”. Tratando-se de uma medida que visa diminuir o imposto sobre bens e serviços básicos, no caso energia, o PL foi caracterizado como “Estado-Tributação-Esquerda”.

Percebe-se que tanto os projetos classificados na direita do espectro ideológico como os classificados à esquerda seguem, em sua maioria, uma linha de redução de imposto, porém, com dois focos diferentes. Enquanto à direita visa a redução do imposto seguindo uma lógica de mercado, estimulando empreendedorismo e o poder de compra da população, os projetos à esquerda buscam uma redução do imposto visando benefícios sociais, como redução de bens e serviços básicos e investimentos em setores públicos de alcance social. Analisando sob à luz da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, pode-se entender a redução de imposto como um significante flutuante, devido ao fato de perpetuar nos dois lados do espectro ideológico. Ao se inserir no campo da direita, sua equivalência se dá em conjunto com uma lógica capitalista, articulando-se à elementos de defesa do empreendedorismo e um maior poder de compra da população. Ao inserir-se no campo da esquerda, o sentido de redução de imposto se articula com elementos pautados na justiça social, como a garantia de bens e serviços básicos. Em 2015 e 2016 o discurso da direita obteve uma vitória dentro do campo discursivo das políticas tributárias nos parlamentares do PMDB.

A próxima subárea apresentada será a de segunda maior recorrência dentre os PLs de Estado, Segurança Pública.

5.2.2 Segurança Pública

Segue agora a análise sobre os PLs sobre *Segurança Púbica*.

TABELA 5 – PLs Segurança Pública (2015 e 2016) (%) (n)

	Direita	**Esquerda**	**Total**
2015	55 (34)	11 (7)	66 (41)
2016	23 (14)	11 (7)	34 (21)
Total	78(48)	22 (14)	100 (62)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Como observado na Tabela 5, dos 62 projetos de lei inseridos na subárea *Segurança Pública* em 2015 e 2016, 78% são de direita e 22% são de esquerda. Do total de 62 PLs, 66% foram apresentados em 2015 e 34% em 2016. Foram 55% classificados à direita em 2015 e 23% à direita de 2016. Quanto aos PLs de esquerda, 11% foram em 2015 e os mesmos 11% em 2016. Percebe-se que nesta subárea, a direita teve uma larga vantagem, porém, a diferença entre os dois espectros ideológicos caiu em 2016. Enquanto em 2015 teve apenas 7 PLs de esquerda em um total de 41, o ano de 2016 mostrou os mesmos 7, contudo, dentro de um total de 21 documentos.

Os dois sentidos que deram significação às classificações à direita do espectro ideológico dentro de segurança pública foram maior punição aos criminosos e flexibilização do porte de armas para defesa patrimonial e pessoal. Sendo o primeiro com uma ocorrência bem maior.

Como exemplo de classificação utilizando o sentido de maior punição aos criminosos é o PL 2618-2015 apresentado em 12/08/2015 pelo deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), que diz em seu caput: “Altera o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar a pena do crime de roubo quando cometido nas dependências de estabelecimentos de ensino ou hospitalares”. A proposta visa aumentar a pena para quem praticou roubo em estabelecimentos de ensino ou hospitalares, portanto, optou-se por classificar o referido projeto de lei como “Estado-Segurança Pública-Direita”.

O PL 1952-2015 apresentado em 17/06/2015 pelo deputado Vitor Valim (PMDB-MA), é um exemplo de classificação utilizando o sentido flexibilização do porte de arma para defesa patrimonial e pessoal. Seu caput diz: “Altera art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 que, dispõe sobre registro, posse e

comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências". A proposta visa conceder o direito ao porte de armas para os policiais aposentados. Por se tratar uma proposta em que de certa maneira flexibiliza o estatuto do desarmamento a determinada categoria classificou-se em "Estado-Segurança Pública-Direita".

As políticas na temática *Segurança Pública* propostas pelos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016 adotaram elementos importantes da onda conservadora. Segundo Massemberg (2017), uma das "ideias força" que movem a onda conservadora, é o conservadorismo moral. Implica-se que o superdimensionamento da criminalidade e violência deve ser resolvido através de medidas como a redução da maioridade penal, o recrudescimento das penas judiciais, críticas aos direitos humanos e a revogação do estatuto do desarmamento (MASSENBERG, 2017). A onda conservadora visa, na área de segurança pública, adotar medidas governamentais que adotam posturas mais repressivas e punitivas, que em geral, têm maior clamor popular (ALMEIDA, 2017).

Quanto às políticas de esquerda dentro de *Segurança Pública*, embora tenham sido poucas, percebe-se que estas medidas cresceram proporcionalmente em 2016 na relação com 2015. Em 2015 foram 7 de 41 PLs promovidos neste ano no âmbito da Segurança Pública. Em 2016, foram os mesmos 7, porém, dentro de 21 PLs em Segurança Pública. Das 14 políticas de Segurança Pública classificadas à esquerda (nos dois anos), boa parte adotou o sentido "políticas reeducativas e de assistência social aos detentos". Um exemplo desta classificação foi o PL 873-2015 apresentado no dia 24/03/2015 pelo deputado Laudívio Carvalho (PMDB-MG), que diz em seu caput: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública, para instituir reserva de vagas para reeducandos do sistema prisional". O projeto visa destinar vagas de emprego para detentos em regime semiaberto, nas empresas que administração pública contrata. Visto que se trata de uma medida de ressocialização de presos, classificou-se o PL como "Estado-Segurança Pública-Esquerda".

Os sentidos que sustentaram às classificações dentro de segurança pública evidenciam o corte antagônico entre esquerda e direita dentro do espectro ideológico. Se a maioria das políticas dentro desta subárea seguiram um discurso

punitivo, onde buscava-se um aumento no tempo de cárcere aos criminosos, as poucas políticas classificadas a esquerda foram exatamente na sua diferença, visando mecanismos de reinserção social, através de estudo ou trabalho, como uma maneira de reduzir o tempo de prisão dos detentos e ao mesmo tempo reintroduzi-los na sociedade.

Visto as duas principais subáreas, a seguir apresentar-se-á a disposição dos projetos de lei apresentados nos demais assuntos dentro de Estado

5.2.3 Outras Subáreas

Segue agora o mapeamento da disposição de PLs dentro das outras subáreas em Estado. Estes PLs representam apenas 14% das medidas que contém alguma subárea.

TABELA 6 – PLs Outras subáreas (2015 e 2016) (n)

Subáreas	Direita	Esquerda	Total
Administração Pública	5	3	8
Importação/Exportação	2	1	3
Previdência	2	0	2
Privatizações/Concessões	2	3	5
Reforma Política	1	5	6
Total	12	12	24

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Seguindo os dados da Tabela 6, foram 24 projetos de lei inseridos dentro de Estado que não foram alocados em *Tributação* ou *Segurança Pública*. O panorama é:

8 estão em *Administração Pública*, 5 à direita e 3 à esquerda;

3 em *Importação/Exportação*, 2 à direita e 1 à esquerda;

2 em *Previdência*, os 2 à direita;

5 em *Privatizações/Concessões*, 2 à direita e 3 à esquerda;

6 em *Reforma Política*, 5 à esquerda e 1 à direita.

Nas subáreas além de *Tributação* e *Segurança*, houve um equilíbrio na disposição ideológica. Dos 24 PLs, foram 12 classificados à direita e 12 classificados à esquerda. O expoente das políticas de direita se deu na subárea *Administração Pública*, com 5 classificações à direita, prevalecendo o sentido “defesa da

modernização tecnológica e gerencial do Estado". O expoente da esquerda se deu em *Reforma Política*, dos 6 PLs inseridos na subárea, 5 foram classificados na esquerda, prevalecendo o sentido "defesa de uma reforma política que assegure a existência de partidos consistentes, com ampla representação social".

A seguir, será apresentado como ficou o panorama geral das análises dentro de Estado.

5.3 Classificação ideológica dos PLs em Estado

Nesta seção, são apresentados os dados das classificações ideológicas de Estado. Primeiramente será abordado as análises relativas aos anos e em seguida o panorama geral.

TABELA 7 – PLs em Estado por ano (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	2015	2016
Direita	38	35
Esquerda	15	20
Sentido hegemônico	3	1
Não classificáveis	44	44
Total	100	100

N 2015 = 204; N 2016 = 121
Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 7 mostra que, dos 204 projetos de lei inseridos na área Estado em 2015, 38% foram classificados à direita do espectro ideológico, 15% à esquerda, 3% têm sentido hegemônico, 44% foram diagnosticados como não classificáveis.

Dos 121 projetos de lei inseridos na área Estado publicados em 2016, 35% foram diagnosticados à direita do espectro ideológico, 20% à esquerda, 1% teve sentido hegemônico, 44% não foram passíveis de classificação.

Os PLs classificados em sentido hegemônico são aqueles em que seus sentidos são aceitos tanto na esquerda como na direita. Os projetos em que não se extraiu algum sentido ideológico da proposição foram compreendidos como não classificável.

Se analisar apenas os projetos de lei inseridos em algum lado do espectro ideológico, excluindo os não classificáveis e os que contém sentido hegemônico, tem-se os seguintes resultados:

TABELA 8 – PLs Estado espectro ideológicos (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	2015	2016
Direita	71	63
Esquerda	29	37
Total	100	100

N 2015 = 109 N 2016= 67
Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 8 mostra que, dos 109 PLs dentro da área Estado em 2015 possuem sentido ideológico, 71% foram classificados como direita e 29% classificados como esquerda. Dos 67 PLs inseridos em algum espectro ideológico em 2016, 63% estão alocados à direita e 37% à esquerda.

Os dados mostram que os parlamentares peemedebistas no ano de 2015 tiveram um comportamento similar com 2016. As políticas à direita do espectro ideológico se sobressaíram em relação às de esquerda. A porcentagem de PLs à direita do espectro ideológico se manteve a cima de 60% e as políticas à esquerda não alcançaram 40% nos dois anos. Pode-se perceber que a porcentagem dos projetos apresentados à esquerda teve um aumento de 8% dos PLs passíveis de classificação ideológica em 2016.

Percebe-se que o ápice dos projetos de lei à direita do espectro ideológico foi em 2015. Justamente no ano em que o PMDB rompeu com o PT, partido com o qual fazia parte da coalizão de governo, e iniciou a articulação para o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Os PLs classificados como de esquerda tiveram um aumento de 8% em 2016, ano em que o PMDB chegou à Presidência da República.

A seguir, serão apresentados os dados gerais da classificação ideológica dos projetos de lei submetidos pelos deputados do PMDB em 2015 e 2016.

Tabela 9 – PLs em Estado (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	PLs
Direita	37
Esquerda	17
Sentido hegemônico	2
Não classificável	44
Total	100

N= 325
Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Como mostram os dados da Tabela 9, do total de projetos de lei que foram publicados na área Estado em 2015 e 2016, 37% foram caracterizados à direita do espectro ideológico, 17% classificados à esquerda, apenas 2% com sentido hegemônico e 44% são projetos não classificáveis.

Ao observar apenas aqueles inseridos dentro de algum espectro ideológico, excluindo os não classificados e com sentido hegemônico, tem-se os seguintes resultados:

TABELA 10 – PLs no espectro ideológico (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	**PLs**
Direita	67
Esquerda	33
Total	100

N= 176
Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 10 indica que, do total de 176 PLs com espectro ideológico em 2015 e 2016 na área Estado, 67% foram classificados como de direita, 33% como esquerda.

A hipótese de que os projetos de lei apresentados pelos parlamentares do PMDB em 2015 e 2016 tenderiam para o campo da direita se confirmou. Foram 119 projetos de lei inseridos no espectro da direita, representando 67% dos projetos que se inseriram dentro do espectro ideológico. Além do mais, foi visto na seção anterior que os sentidos adotados para classificar *65%* dos PLs na subárea *Tributação* à direita e 77% dos PLs na subárea *Segurança Pública,* também a direita, partem de uma mesma equivalência que a onda conservadora carrega para si no que diz respeito a atuação do estado frente suas políticas de segurança pública e tributárias. Identificar o comportamento ideológico dos parlamentares de um partido centrista, fisiológico, com alta capacidade de diálogo e poder de barganha como o PMDB (MELO, 2013) é fundamental para o conhecimento e a construção da identidade do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente trabalho teve como objetivo analisar ideologicamente os projetos de lei apresentados pelos deputados federais do PMDB nos de 2015 e 2016, utilizando uma nova metodologia de classificação ideológica partidária, calcada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em que os sentidos sobre esquerda e direita advém do próprio campo da representação política. Para isso, criou-se o seguinte problema de pesquisa: Como se caracterizam ideologicamente os projetos de lei que visam implementar políticas na área do Estado, apresentados pelos deputados federais do PMDB no período de 2015-2016?

A hipótese aqui sustentada era de que os projetos de lei submetidos pelos parlamentares pemedebistas em 2015 e 2016, estavam inseridos, em sua maioria, no espectro da direita, pois há uma onda conservadora e neoliberal no cenário político do Brasil, que tomou forma em 2013 e foi intensificada pós eleições de 2014. Pelo fato do PMDB ser um partido centrista e com ampla capacidade de diálogo com partidos tanto de esquerda como de direita, as políticas propostas pelos deputados do partido seguiram esta onda presente no país.

O objetivo principal do trabalho é verificar como se caracterizaram ideologicamente os projetos de lei em Estado dos deputados do PMDB. Para isso, estabeleceu-se três objetivos específicos: a) levantar os PLs submetidos pelos parlamentares do PMDB em 2015 e 2016, e averiguar quais as áreas (Estado, Economia, Social) de atuação destas políticas; b) mapear as subáreas que os PLs estão inseridos dentro da área Estado; c) classificar ideologicamente os PLs dentro das subáreas, e, portanto, da grande área em foco.

A primeira parte da análise mostrou que as principais áreas de atuação das políticas dos parlamentares peemedebistas foram *Estado* e *Social*, ambas representando 32% do total de 1000 PLs apresentados. Este resultado proporcionou que fossem encontrados os 325 projetos em *Estado*, principal área de estudo deste trabalho, sendo 242 PLs em 2015 e 135 em 2016. Quanto à disposição das subáreas, observou-se que *Tributação* e *Segurança* representaram 86% dos projetos de lei em Estado, com 51% e 35% respectivamente. A classificação

ideológica dentro das subáreas mostrou que no geral 67% dos projetos de lei localizadas em algum espectro ideológico estão à direita, enquanto 33% encontram-se à esquerda. Nas principais subáreas, *Tributação* e *Segurança,* a direita teve porcentagem de 66% e 78%, enquanto a esquerda teve 34% e 23%. Estes resultados mostram que os objetivos traçados foram alcançados.

Ao analisar cada ano separadamente, identificou-se que em 2015, ano em que o PMDB rompeu com o PT e iniciou o processo de *impeachment* de Dilma, foi quando se deu a maior concentração de PLs à direita. No ano seguinte, quando o PMDB chegou à Presidência da República, houve um aumento de 8% nas políticas de esquerda na relação com o ano anterior. Tais fatores podem ser atribuídos ao fato das manifestações conservadoras e pró *impeachment de* Dilma se acentuarem em 2015, permitindo uma atuação mais conservadora dos parlamentares do PMDB, visto que o mesmo é um partido fisiológico e que almejava a saída da presidenta reeleita em 2014.

Observando os resultados percebe-se que a hipótese aqui testada se confirmou. As políticas apresentadas pelos parlamentares do PMDB em 2015 e 2016 de fato se configuraram, em sua maioria, à direita do espectro ideológico.

Apesar dos projetos de lei dos parlamentares peemedebistas não se alocarem em sua totalidade ao espectro da direita, os 67% representam uma vitória discursiva significativa entre os deputados do PMDB, devido à ampla diferença entre os dois lados do espectro. O PMDB é caracterizado como um partido de centro, fisiológico e com ampla capacidade de diálogo entre os partidos de direita e esquerda. Compreender sua atuação através de suas políticas é fundamental para desvendar a identidade do mesmo, principalmente no período em que destinou-se estudar, onde o partido esteve diretamente ligado ao processo de *impeachment* que acabou derrubando Dilma da Presidência da República e colocando-se como cabeça de chapa. Percebeu-se que os sentidos que significaram a maioria das políticas em *Tributação* e *Segurança* são equivalentes com as demandas liberais e punitivas presentes na onda conservadora que se manifesta no Brasil a partir de 2013.

Portanto, este trabalho possibilitou ver de que maneira se deu o comportamento ideológico dos deputados peemedebistas em um período em que o

PMDB rompeu com o partido que ocupava a Presidência da República, articulou o processo de *impeachment* e tomou o lugar do antigo aliado. Além do mais, foi possível perceber que suas políticas se atrelaram a sentidos presentes em um movimento conservador que tomou forma nos últimos anos. Qual foi o grau de influência deste conservadorismo no partido? Fica o questionamento para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo**. Cad. Pagu, Campinas, n. 50, e175001, 2017.

BARON, Letícia. **Tão próximos e tão distantes: a articulação discursiva dos movimentos pró-impeachment a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau.** 2018. 212 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. > Acesso em: set. 2016.

_____. **Portal da Câmara Federal.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em: mai. 2017.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 85-103, Apr. 2017.

BURITY, Joanildo Albuquerque. **Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau.** In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. PósEstruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015).** Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017.

COOK, Deborah; Mulrow, Cynthia; HAYNES, Bryan. ***Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. Annals of Internal Medicine*.** v.126, n.5, pp.376-380, 1997.

DANE, Francis. ***Research methods.*** *Brooks/Cole Publishing Company*: California, 1990.

FERREIRA, Denise Paiva. **PFL x PMDB: Marchas e contramarchas.** Goiânia: Alternativa, 2002.

FERREIRA, Denise Paiva e RIBEIRO, Pedro Floriano. **"O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P) MDB em perspectiva comparada".** In: _____ BAQUERO, M. e CREMONESE, D. Eleições Municipais de 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Atlas: São Paulo, 2007.

GOMES, Rosana Alves. **O comportamento ideológico do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007) no âmbito da Política Social. 2016.** 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

LEONI, Eduardo. **Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998).** Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

KINZO, Maria D'Alva: **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979).** São Paulo, SP: Vértice, 1988.

LACLAU, Ernesto. ***New reflections on the revolution of our time.*** London: Verso, 1990.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. ***Hegemony and socialist trategy; towards a radical democratic politics.*** London: Verso, 1996.

LIMONGI, F.e FIGUEIREGO, A. **Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. *Dados*, Rio de Janeiro,** vol. 38, nº 3, 1995.

MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira de**. O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de *catch all* a cartel.** 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

MENDONÇA, Daniel de. **Como olhar "o político" a partir da teoria do discurso**. RevistaBrasileira de CiênciaPolítica, Brasília, v.1., n.1, jan/jun, 2009, p. 153-169.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Do estruturalismo ao pósestruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar.** In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014a.

_____ . **Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso.** In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014b

LUZ, Michele Diana. **Em busca de um discurso social: A ideologia da política social do PSDB na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007).** 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de PósGraduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

MESSENBERG, Débora. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Soc. estado. Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-648, Dec. 2017 .

PESSOA, Carlos. **Hegemonia em tempos de globalização.** In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. PósEstruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015).** Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017.

SANTOS, Carolina Costa Dos. **O programa partidário do PMDB: um estudo a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe**. 2017. 61f. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 201

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)** – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica.** Rev. Bras. Econ. Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, jun. 2008.

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard. ***Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review***. *MIS Quarterly & The Society for Information Management*, v.26, n.2, pp.13-23, 2002.

ANEXO

ECONOMIA			
Desenvolvimento econômico			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- A favor do comunismo: defende a abolição da propriedade privada e que os meios de produção sejam acessíveis a todos, abolindo-se também o lucro e a exploração entre os seres humanos. - Anticapitalista: busca a superação desse sistema a partir do socialismo.	- Aumento do salário mínimo acima da inflação. - Economia ecologicamente sustentável: desenvolvimento econômico mas com atenção ao meio ambiente. - Estado de bem-estar social: a economia deve estar voltada para políticas de inclusão e de afirmação social. - Humanização do capitalismo: aceita a economia de mercado, mas entende que esta preocupe-se com a equalização de riquezas e de oportunidades, mediante políticas públicas e crescimento econômico e desenvolvimento social. - Incentivos para a inclusão econômica dos mais pobres pelo consumo. - Investimentos públicos em infraestrutura. - Redução dos juros e do superávit primário para garantir mais recursos e investimentos para a geração de empregos. - Favorável à Intervenção do Estado na economia e nas atividades das empresas para a defesa da economia nacional. - Regulação do capital financeiro para proteger os trabalhadores de crises do capitalismo. - Soberania nacional (do Estado e das empresas nacionais) em termos econômicos. - Política econômica neoliberal gera grandes lucros aos bancos e desemprego aos trabalhadores. - Estado como principal agente	- Capitalismo recompensa o trabalho, a engenhosidade, a criatividade. - Defesa do neoliberalismo. - Considera responsabilidade do Estado o controle fiscal e a promoção de reformas (previdenciária, trabalhista). - Contra a intervenção estatal na economia, exceto em períodos de crises. - Defende o capitalismo (sistema de mercado, economia de mercado). - Defesa do capital financeiro. - Defesa da livre circulação de capitais e de mercadorias entre os países. - Defesa da modernização tecnológica e gerencial das empresas. - Defesa da posição dos donos dos meios de produção. - Defesa da redução do tamanho do Estado e limitação dos gastos sociais. - Estado em dia com juros das dívidas externa e interna. - Incentivo do consumo contínuo. - Parcerias Público Privadas para melhorar a infraestrutura do país (portos, estradas, energia etc.). - Preocupação com a reputação do país e com o Risco Brasil. - Crescimento econômico reduz gastos com a área	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

	de indução do desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais.	social.	
Desenvolvimento Regional			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Defesa de uma política de equilíbrio regional. - Desenvolvimento que integre a região com o contexto nacional. - Desenvolvimento que envolva políticas públicas de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão produtiva e social.	- Defesa do desenvolvimento produtivo tecnológico e econômico da Amazônia para geração de empregos. - Desenvolvimento regional no sentido de integração produtiva e de mercado do local em relação ao país e ao mundo. - Desenvolvimento econômico e produtivo de regiões subdesenvolvidas.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Geração de Emprego e Renda			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- Desemprego resulta da política dos EUA e do FMI. - Desemprego gerado pela substituição de empregados por máquinas automáticas. - Contra a terceirização do trabalho.	- Acesso à educação e à qualificação profissional promovidos pelo Estado. - Aumento da produção industrial para ampliar a oferta de emprego. - Controle do uso do banco de horas das empresas para ampliar a oferta de emprego. - Desemprego cresce a partir de fusões de bancos e de empresas. - Políticas específicas de geração de emprego tendo em vista questões de raça, gênero e pobreza. - Economia solidária reduz desemprego e fomenta igualitarismo e participação. - Eliminação das horas extras para ampliar a oferta de emprego. - Geração de emprego é responsabilidade social.	- Aumentar o emprego requer a redução dos custos burocráticos. - Aumento do crédito ao setor privado para incentivar investimentos e emprego. - Desemprego afeta a economia e onera os cofres públicos. - Fortalecer a economia e reduzir impostos para gerar emprego. - Incentivos fiscais para empresas que empregam jovens entre 18 e 25 anos. - Invasões do MST prejudicam investimentos e geração de empregos no setor agrícola. - Investimentos estrangeiros geram emprego. - Programa governamental de estágios para incorporar os jovens ao mercado de	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

	- Geração de empregos distribui renda. - Incentivos aos microempresários e às cooperativas de trabalho. - Políticas de profissionalização de jovens para sua inserção no mercado de trabalho. - Políticas de reintegração de desempregados com mais de 40 anos de idade. - Políticas públicas para a redução do desemprego. - Programas nas áreas do turismo, pesca, agricultura familiar e linhas de microcrédito geram crescimento da economia e aumento do emprego. - Retomada da atividade da construção civil a partir da facilitação pelo Estado aos programas habitacionais pelas famílias de baixa renda. - Desemprego e precarização do trabalho são gerados e aumentam com pirataria e falsificação.	trabalho e reduzir o desemprego. - Qualificação do trabalhador para um mercado de trabalho cada vez mais especializado. - Redução do desemprego requer ampliar a liberdade econômica. - Redução do desemprego requer segurança jurídica e contratual à iniciativa privada. - Reforma da legislação do trabalho visando reduzir os custos de contratação de empregados.	
Relações de Consumo			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- Estatizar garante eficiência do sistema de consumo. - Melhorar as condições de consumo através do fortalecimento da agricultura familiar.	- Garantia dos direitos dos consumidores por meio de regras claras na relação de consumo. - Pelo acesso de todos a bens de consumo básicos. - Transparência na relação entre bancos e seus usuários. - O Código de Defesa do Consumidor é resultado da democracia, garante a cidadania e diminui a exclusão. - O consumidor deve ser protegido em relação ao mercado, pois é o elo mais fraco na relação. - Proteção ao consumidor de	- Busca pela adimplência para manutenção do consumo. - Código de Defesa do Consumidor beneficia concorrência e as exportações. - Contra a interferência do Estado na escolha do consumidor. - Ideologia do consumo contínuo. - Redução de imposto como incentivo ao consumo. - Desoneração do setor elétrico para favorecer o consumo. - Defesa das relações	- Contra a tarifa social nas relações de consumo.

	baixa renda. - Estado deve controlar a qualidade dos produtos, a fim de proteger o consumidor.	comerciais visando lucro e crescimento econômico. -Proteção dos empresários nas relações comerciais.	
ESTADO			
Administração Pública			
Esquerda conservadora	Esquerda liberal	Direita liberal	Direita conservadora
		- Defesa da modernização tecnológica e gerencial do Estado.	
Importação/Exportação			
Esquerda conservadora	Esquerda liberal	Direita liberal	Direita conservadora
-Impor soberania perante os demais países quanto ao comércio exterior.	- Defesa de acordos comerciais que não comprometam a soberania nacional e que mantenham a competitividade do país. - Defesa tarifária dos produtos brasileiros em relação ao mercado internacional. - Exportação de armas de fogo somente para órgãos públicos de outros países. - Pela regulamentação da extração e da exportação de diamantes. -Defesa e fiscalização das fronteiras aduaneiras pelo Estado.	- Aumento do número de portos secos. - Defesa de produtos geneticamente modificados para exportação/importação. - Defesa do agronegócio brasileiro. - Pelo aumento da exportação de diamantes. - Política cambial que favoreça as exportações. - Redução de carga tributária para o setor de importação e de exportação ser mais competitivo.	- Defesa do agronegócio exportador principalmente de produtos primários. - Maior abertura comercial para aumentar a exportação de produtos.
Política Externa			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- Construção de laços de solidariedade com outros países, particularmente na América Latina, com Cuba, Venezuela (chavista) e Argentina (kirchnerista). - Contrário ao pagamento da dívida	- Apoio à política chavista na Venezuela e defesa da permanência daquele país no Mercosul. - Contra a Alca. - Contra neoliberalismo, ajuste fiscal e Estado mínimo. - Defesa da identidade latino-americana. - Defesa do Mercosul, da Unasul	- Contra a política chavista da Venezuela. - Defesa da Alca. - Defesa das relações comerciais com os Estados Unidos.	- Defesa da soberania nacional, contra o comunismo internacional.

externa. - Rompimento das relações com órgãos imperialistas (FMI, Alca etc.).	e da Celac. - Defesa do Parlamento do Mercosul. - Enfrentamento dos problemas ambientais. - Intercâmbios e convênios de cooperação com os países de língua portuguesa. - Multilateralismo das relações econômicas e políticas. - Pela afirmação dos direitos dos povos da América Latina. -Política externa soberana, contra o alinhamento com os Estados Unidos.		
Previdência			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- Contra a política neoliberal ditada pelo FMI.	- Contra a reforma da Previdência (de FHC e de Lula). - Desenvolvimento de políticas de aposentação aos trabalhadores informais na cidade e no campo. - Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT. - Reforma de 2003 foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas.	- Defesa da reforma da Previdência. - Inclusão de trabalhadores informais na Previdência Social para aumentar a arrecadação do Estado.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Privatizações-Concessões			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- Estatização do sistema financeiro.	- Contra a privatização do patrimônio público. - Contra as concessões do patrimônio público.	- Defesa das concessões do patrimônio público para a administração do setor privado. - Privatização das empresas estatais para gerar competitividade. -Redução do Estado por meio das privatizações.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Reforma Política			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*

- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Contra o financiamento privado e pelo financiamento público de campanhas eleitorais. - Defesa da reforma política que amplie a participação da sociedade. - Defesa da reforma política que assegure a existência de partidos consistentes, com ampla representação social. - Defesa da reforma política que iniba a ação do poder econômico e a corrupção no processo eleitoral e na administração pública.	- Contra o financiamento público e pelo financiamento privado de campanhas eleitorais.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Segurança			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Defesa do estatuto do desarmamento, para redução da violência no país.	- Legalização do porte de arma para defesa pessoal e patrimonial. - Maior penalização aos criminosos. - Construção de mais cadeias e presídios. - Desemprego gera instabilidade na área da segurança.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Tributação			
Esquerda conservadora	*Esquerda liberal*	*Direita liberal*	*Direita conservadora*
- A favor de maior taxação de grandes empresas brasileiras e empresas estrangeiras. - Defesa do Imposto sobre herança. - Isenção de tributos sobre os produtos da cesta básica. - O valor arrecadado com os tributos deve ser usado pelo Poder Público para prover a população com serviços essenciais.	- A favor de desburocratização e redução dos impostos para beneficiar pessoas físicas, pequenas e microempresas. - Defesa da isenção tributária dos produtos e insumos do Brasil frente aos importados. - Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres. - Favorável ao incentivo fiscal às empresas somente quando houver contrapartida social. - Imposto progressivo às empresas. - Investimentos e empréstimos	- A favor de rever competências tributárias de União, Estados e Municípios. - A favor do imposto único, pois beneficia empresários e trabalhadores. - Concessão de recursos públicos à iniciativa privada. - Desonerar impostos da folha de pagamento para gerar novos empregos. - Fim do imposto para doações oriundas do exterior. - Redução da carga tributária para	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

.	públicos condicionados à contrapartida de manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores. - Redução de tributos para o empregado sobre seu salário. - Redução da tributação sobre bens e serviços básicos (gás, transporte etc.). - Reverter a arrecadação de tributos para proteção do meio ambiente. - Tributos são necessários para distribuição de renda e justiça social (programas sociais).	estimular o empreendedorism o. - Favorável ao incentivo fiscal. - Menos impostos aumentam poder de compra da população. - Redução de impostos para diminuir a sonegação. - Redução de impostos sobre empréstimos. - Redução de impostos para auxiliar o setor industrial. - Redução de impostos para propiciar o desenvolvimento econômico. - Revisão de alíquotas do IR (rever faixas). - Redução do imposto de renda para serviços que o Estado não oferece ou não presta adequadamente. - Menos impostos garantem competitividade do setor produtivo. - Redução do Estado pela diminuição de impostos. - Reforma tributária para beneficiar classe média.	